

A Participação Política da Juventude em Portugal

As juventudes partidárias
e os movimentos associativos

Patrícia Silva, Edna Costa

Com a colaboração de Michelle Macêdo, João Palhau e Susana Machado

 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN



A Participação Política da Juventude em Portugal

Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019

Relatório produzido por:
Patrícia Silva, Edna Costa

—

Com a colaboração de Michelle Macêdo,
João Palhau e Susana Machado

Índice

Sumário executivo	5
1.Introdução	6
2.Método e Dados	10
3.Os Jovens e a Participação Política	14
3.1. Participação política – “Aquilo que nos une enquanto sociedade”	14
3.2. Participação entre dois mundos ou um só “ecossistema”?	23
4.Partidos e Juventudes Partidárias em Portugal	28
4.1. Prioridades políticas dos jovens e dos partidos políticos	28
4.2. Aproximação aos partidos políticos	34
4.3. Objetivos das Juventudes Partidárias	37
4.4. Juventudes Partidárias e a seleção de candidatos	49
4.5. A influência dos partidos na vida das juventudes	53
4.6. A influência das juventudes na estratégia política dos partidos	55
5.Notas conclusivas	58
Referências	60
ANEXOS	62
Anexo 1. Representação das Juventudes Partidárias em órgãos dos Partidos	62
Anexo 2. Guião de entrevistas	63
Anexo 3. Associações entrevistadas	68

Lista de Tabelas

Tabela 1. Distribuição e caracterização dos respondentes dos partidos políticos	12
Tabela 2. Distribuição e caracterização dos respondentes das associações juvenis	13
Tabela 3. Estratégias utilizadas pelos partidos para mobilizar os jovens, por Juventude Partidária (%)	44

Lista de Figuras

Figura 1. Concordância com a perceção de desinteresse dos jovens pela política (%)	16
Figura 2. Explicações para a abstenção, por organização (%)	19
Figura 3. Razões para a abstenção, por juventude partidária (%)	21
Figura 4. Perspetivas sobre as estruturas políticas, grau de concordância por associação e estruturas da juventude partidária (%)	22
Figura 5. Perspetivas sobre as estruturas políticas, grau de concordância por associação e estruturas da juventude partidária com e sem estrutura autónoma (%)	23
Figura 6. Estratégias de mobilização dos jovens pelas associações (%)	25
Figura 7. Total de medidas por partido, número	29
Figura 8. Total de medidas por área sectorial	30
Figura 9. Saliência dos temas prioritários para os jovens (%)	31

Figura 10. Saliência dos temas, por tipo de organização (%)	33
Figura 11. Posicionamento dos partidos e das juventudes partidárias, valores médios por partido	34
Figura 12. Motivações para a adesão às Juventudes Partidárias	36
Figura 13. Motivações para adesão à juventude partidária, por tipo de estrutura de juventude partidária (%)	37
Figura 14. Capacidade das Juventudes Partidárias em cumprir os seus objetivos, %	39
Figura 15. Estratégias utilizadas pelos partidos para mobilizar os jovens	41
Figura 16. Referências à incapacidade de mobilização dos jovens pelos partidos políticos	45
Figura 17. Papel da juventude na definição das estratégias de mobilização dos jovens, %	47
Figura 18. Percepções de limitações da autonomia das Juventudes (%)	54
Figura 19. Estratégias usadas pelas Juventudes para influenciar a agenda dos partidos (%)	56

Lista de Quadros

Quadro 1. Partidos e estruturas de juventude	11
Quadro 2. Objetivos das juventudes (de acordo com os estatutos dos partidos)	38
Quadro 3. Estratégias de mobilização formais das Juventudes Partidárias	41
Quadro 4. Participação das Juventudes Partidárias na elaboração de listas	49

Sumário executivo

- Este relatório baseia-se numa ampla bateria de entrevistas a jovens militantes dos partidos políticos, com e sem juventudes partidárias autónomas, e com membros de associações juvenis. O estudo inclui, ainda, a análise documental dos estatutos dos partidos políticos portugueses e das respetivas juventudes partidárias, bem como dos programas eleitorais apresentados às eleições legislativas de 2019.
- Os resultados sugerem a importância da adoção de uma definição abrangente de participação política que reconheça um conjunto de atos participatórios para além dos convencionais. A política e a participação política são caracterizadas pelos jovens entrevistados como fenómenos multidimensionais nos quais sobressaem dois elementos: a pertença a uma comunidade e a intervenção, tendo em vista o progresso e o bem comum.
- Destaca-se uma forte desconexão entre o interesse e a vontade de participação política dos mais jovens e as oportunidades oferecidas pelos canais de participação convencionais, particularmente os partidos políticos. A alienação ocorre em relação à “maquinaria democrática”, isto é, em relação aos partidos políticos, e não face aos princípios democráticos, contrariando o argumento da despolitização ou da apatia da juventude.
- Os baixos níveis de confiança nos atores políticos refletem-se nas fortes preocupações com a fraca gestão pública, bem como com a perceção de corrupção na arena política tradicional.
- A origem do afastamento dos jovens da política é identificada maioritariamente do lado da oferta e, em particular, ao nível da mobilização e da motivação dos mais jovens. É apontada a falta de eficácia dos partidos políticos nas suas estratégias de comunicação e na desadequação das suas propostas. É, ainda, destacada a desmotivação dos eleitores mais jovens, potenciada por falta de conhecimento e formação política.
- O afastamento dos jovens dos canais de participação convencionais, nomeadamente através do voto, vem sendo progressivamente compensado por formas não convencionais de participação como o envolvimento em organizações da sociedade civil. Este envolvimento permite: i) ações de natureza mais concreta em torno de causas específicas mais próximas da vivência quotidiana dos jovens e às quais é conferido maior significado; ii) ações de curta duração, não exigindo um compromisso de continuidade; iii) perceção de valorização do contributo dos mais jovens enquanto elementos catalisadores de mudança; iv) participação menos hierarquizada.
- Apesar da tendência de adesão a formas de participação não mediadas pelos atores institucionais, como os partidos políticos, existe uma perceção clara da mais-valia que representa a cooperação entre estes e as organizações da sociedade civil. Os inquiridos manifestam uma visão de complementaridade entre os dois tipos de atores, conducente

ao seu reforço mútuo e a uma eficácia política ampliada, tirando partido ora da posição privilegiada dos partidos na esfera da decisão política, ora da vantagem das associações em matéria de proximidade, mobilização e formação. Esta aproximação é, contudo, também percecionada como um risco, na medida em que se admitem riscos reputacionais ou limitações à liberdade de ação.

– Considerando os partidos atualmente com assento parlamentar, o PAN surge como aquele que apresenta mais medidas para a juventude, seguido do PSD e do PS. Não obstante, é de salientar que apenas um quinto das medidas propostas na categoria Cidadania e Igualdade visa a promoção da participação política das gerações mais novas. Não existem discrepâncias significativas entre as temáticas privilegiadas pelos partidos e as principais preocupações manifestadas pelos jovens entrevistados, estando a Educação e o Emprego no topo das prioridades.

– Existe uma considerável proximidade ideológica entre as juventudes partidárias e os partidos políticos, sugerindo que as juventudes portuguesas são rebocadas pelos partidos, estando longe da imagem de dissidência e radicalismo. É entre os partidos que têm alternado no governo que se torna visível maior afastamento entre a posição das juventudes e dos partidos, conforme percecionado pelos entrevistados. Os partidos também procuram conter e assegurar um “alinhamento” de causas e agenda política das juventudes, o que em muito pode contribuir para esta imagem de proximidade.

– Em geral, a principal motivação para adesão às juventudes é o seu contributo para *o desenvolvimento das ideias que os jovens apoiam*. É entre os jovens militantes dos partidos políticos que não têm estruturas autónomas que mais surgem motivações eleitorais para a adesão às juventudes. O exercício de cargos políticos e partidários não parece ser uma motivação relevante para a adesão às juventudes.

– Para cerca de 14 por cento dos entrevistados, as Juventudes Partidárias não cumprem os objetivos definidos nos estatutos dos partidos ou das juventudes, uma perspetiva que tende a surgir maioritariamente entre os membros da JSD e da JS. Destaca-se, ainda, a perceção de ineficácia das suas estratégias partidárias para a mobilização dos jovens.

– Embora os partidos optem por recorrer a estratégias similares para mobilizar os jovens, os novos partidos (BE e CH) apostam mais na componente de formação política, enquanto os partidos *mainstream* optam por assegurar a articulação com outros relevantes agentes de socialização como as escolas e o ensino superior (JS; PCP; JSD).

– Para os entrevistados, a incapacidade de atribuir lugares de destaque aos elementos mais jovens dos partidos é um sinal claro da dificuldade dos partidos em incluírem a visão dos jovens, atribuindo-lhes poder interno nas estruturas dos partidos e na candidatura ao exercício de cargos eleitos.

– Embora as juventudes partidárias sejam formalmente vistas como um canal oficial para veicular uma orientação dos partidos em relação aos jovens, os entrevistados

sublinham também a instrumentalização destas estruturas. Assim, assumem um papel significativo considerando os ciclos eleitorais, sem que sejam encaradas como uma esfera de influência relevante nas estruturas e prioridades do partido.

– O envolvimento dos jovens na definição de estratégias de mobilização das novas gerações pelos partidos é visto como muito limitado devido a: i) divisões internas dos partidos; ii) subvalorização dos seus jovens, seja no debate de políticas internas, seja na inclusão em lugares relevantes, nomeadamente em posições elegíveis em listas candidatas a eleições.

– A inclusão de candidatos mais jovens nas listas candidatas dos partidos resulta parcialmente de regras formais que preveem a presença de representantes das juventudes nos órgãos partidários responsáveis pela seleção de candidatos, como se verifica em todos os partidos analisados, mas que garante apenas que os jovens tenham voz nesse processo. A inclusão efetiva de candidatos em especial, em lugares elegíveis, está fortemente dependente de mecanismos informais nos quais a capacidade negocial dos líderes das juventudes, bem como o seu peso político interno e a relação com o líder do partido ganham especial relevância, particularmente nos casos do PS e do PSD, partidos com processos de seleção mais descentralizados.

– Embora uma boa parte dos jovens considere que a autonomia das juventudes partidárias é preservada, não deixa de ser verdade que os partidos se podem socorrer de estratégias que limitam a autonomia destas estruturas. Aqui, são particularmente relevantes a existência de limitações financeiras e, sobretudo, a estratégia do alinhamento das propostas e iniciativas da juventude partidária face às orientações e prioridades dos partidos. Ora, estas estratégias são particularmente relevantes em cenários em que as juventudes autónomas se socorrem de estratégias extrapartidárias para marcar a agenda dos partidos e, assim, assegurar o seu peso dentro das dinâmicas dos partidos.

1. Introdução

Políticos e académicos dão como adquirida a ideia de declínio da participação política entre os mais jovens, que consideram como uma geração à parte quando se trata de atitudes e participação política.

Com efeito, vários estudos têm consistentemente demonstrado que a participação eleitoral dos jovens tem vindo a decrescer (Sloam 2007; 2016; Sloam *et al.*, 2019), com os cidadãos mais jovens a demonstrarem níveis mais baixos de interesse e compromisso (formal) com as organizações partidárias (Van Biezen *et al.*, 2012); e níveis mais baixos de literacia política (Stockemer e Rocher, 2017; Bastedo, 2015).

Embora se tenham atingido níveis sem precedentes em termos de educação formal, particularmente nos países ocidentais (Barro e Lee, 2013, 187), a participação dos jovens tem vindo a diminuir, desafiando as premissas estabelecidas de comportamento eleitoral, que tendem a considerar que a educação influencia positivamente os níveis de participação individual e agregada dos jovens (considere-se, a título de exemplo, Tenn, 2007). Em paralelo, a investigação existente tem sugerido que os cidadãos jovens “reinventaram o ativismo político” (Norris, 2002), envolvendo-se em formas não tradicionais de participação (ver, por exemplo, García-Albacete, 2014). Com efeito, a participação política vem sendo analisada nos últimos anos enquanto um fenómeno multidimensional, sujeita a classificações mais abrangentes que dão espaço às interpretações que os próprios jovens têm da política e da participação política, enquanto uma experiência vivida no seu dia-a-dia, para além do contexto eleitoral (ver, entre outros, Pickard, 2019; Briggs, 2017; Cammaerts *et al.*, 2016; Norris, 2002). Não é, contudo, linear que quebras nos níveis de participação convencional estejam associadas a níveis mais elevados de participação não-convencional.

Portugal surge, neste contexto, como um caso desviante. Embora alguns estudos identifiquem uma relação negativa entre os níveis de participação eleitoral e outras formas de atividade política não-convencional em alguns homólogos europeus, a coorte portuguesa mais jovem apresenta níveis comparativamente mais baixos de envolvimento tanto na participação convencional, como não-convencional (Sloam, 2016; Menezes *et al.*, 2005; 2012). Se atentarmos, porém, aos dados da última década, verifica-se, no caso português, uma recuperação da participação política não-convencional jovem (nomeadamente na assinatura de petições) (ver Relatório 1).

Este *puzzle* remete-nos para o efeito de variáveis específicas como, por exemplo, os níveis de desigualdade de rendimentos (socioeconómicas); os contextos políticos, como os efeitos de campanha (Toros, 2017; Gerber e Green, 2000; Karp *et al.*, 2008), a cultura política, a incipiência da sociedade civil (Baumgarten, 2013) e a confiança na política institucional (Pinto *et al.*, 2012). Enquanto alguns estudos consideram que os jovens são “cronicamente apáticos”, dado o seu estilo de vida individual (Henn *et al.*, 2005, 558), outros centram a sua explicação no fracasso do sistema político em fornecer os estímulos necessários para encorajar os jovens a participar e a empenharem-se politicamente (Kimberlee, 2002), alienando-os.

Uma dimensão importante, embora relativamente inexplorada, da relação dos jovens com a política reporta-se ao papel das estruturas organizacionais dos partidos e, em particular, das suas organizações juvenis. As Juventudes Partidárias são a “força vital dos partidos” (Charalambous & Christophorou, 2015: 167), uma vez que asseguram tanto a renovação da base de membros, como a vitalidade da mensagem e da ideologia do partido. O seu papel é, contudo, limitado pela queda acentuada da participação eleitoral, com os cidadãos mais jovens a demonstrarem níveis mais baixos de interesse e compromisso (formal) com as organizações partidárias (Van Biezen, Mair, & Poguntke, 2012). Embora as organizações juvenis possam ser apelidadas de “incubadoras” da vida política e partidária, a investigação tem dedicado escassa atenção aos processos internos que permitem que tais organizações funcionem como agentes socializadores de processos de partidarismo e aprendizagem organizacional (Hooghe *et al.*, 2004).

Neste contexto, este relatório pretende analisar duas dimensões da participação juvenil que em larga medida, estruturam a organização deste relatório. Em primeiro lugar, procura-se analisar a perspetiva dos jovens em relação à participação política e a forma como o sistema partidário e o universo associativo fornecem os incentivos necessários e adequados à mobilização e ao envolvimento juvenis. Assim, este estudo procura afastar-se das explicações baseadas nos traços psicossociais dos jovens, focando-se antes nos processos e atores políticos convencionais enquanto elementos centrais na relação dos jovens com a política. Nesse sentido, várias questões se impõem: desde logo, como é concebida e percebida a participação política a partir das perspetivas dos jovens envolvidos; em que medida este grupo se sente representado pelos partidos políticos; quais os fatores catalisadores da desmobilização em torno das estruturas partidárias e, ainda, qual o papel do movimento associativo enquanto espaço alternativo de ação política juvenil.

Em segundo lugar, focamo-nos na relação entre os jovens e as estruturas partidárias. Para este efeito, apresenta-se a forma como os partidos políticos portugueses têm diferentes modelos organizacionais das juventudes. Posteriormente, procura-se identificar as estratégias que partidos e juventudes partidárias utilizam para atrair os mais jovens, desde o recrutamento político (incluindo-os nas suas fileiras) até à formulação de estratégias de campanha que os orientem para as preferências políticas dos mais jovens. Por fim, enquanto examinamos as funções, os objetivos e as estratégias das juventudes partidárias, analisaremos também a forma como estas interagem com o partido central. Especificamente, a atenção será dedicada à forma como as juventudes partidárias podem *de facto* agir como um grupo de interesse internalizado – mobilizando jovens eleitores para os objetivos da organização partidária mais ampla – ou, alternativamente, como uma voz mais perturbadora ou desafiadora em relação à liderança nacional.

Estas dimensões de análise serão aprofundadas empiricamente através de uma avaliação qualitativa dos estatutos e programas eleitorais e, principalmente, através de um amplo conjunto de entrevistas a dirigentes e membros de juventudes partidárias, bem como a representantes de organizações da sociedade civil. Aqui, estamos especificamente interessados nas Organizações Não Governamentais e associações, cujas atividades se centram na educação, no emprego e na participação cívica e social dos jovens.

2. Método e Dados

Para analisar a perspetiva dos jovens relativamente à participação política e aos partidos políticos, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas a jovens militantes dos partidos políticos. Adicionalmente, considerando que a participação política não se esgota nas formas convencionais e partidárias, foram também conduzidas entrevistas a membros de organizações da sociedade civil. Nesta secção, explicita-se o processo de constituição da amostra recolhida.

As entrevistas a elites são o instrumento metodológico que melhor permite conhecer os processos que se desenrolam internamente nas estruturas partidárias. Com efeito, as estratégias dos partidos, a sua relação com as estruturas autónomas, como as juventudes partidárias, e as relações de poder informais entre as juventudes e o partido central são processos dificilmente observáveis externamente. As entrevistas permitem conhecer a perspetiva dos jovens envolvidos em partidos ou em associações e que participaram ou conhecem o funcionamento e os mecanismos de participação convencional e não-convencional dos jovens. Estas entrevistas às jovens elites surgem como um instrumento de recolha de informação profunda e rica sobre os pensamentos e o modo como determinados processos são perspetivados pelos intervenientes.

Foi utilizado um protocolo de entrevista semiestruturada, tendo em conta as suas potencialidades na avaliação de temas de uma forma profunda (ver Anexo 2). A seleção dos entrevistados não foi aleatória. O processo de amostragem consistiu numa estratégia de amostragem intencional que assegurasse suficiente “diversificação externa” (Guerra, 2006, 41), ou seja, a amostra foi constituída “a partir de critérios de diversificação em função de variáveis que, por hipótese, são estratégicas para obter a maior diversidade possível de opiniões face ao objeto estudado”.

Neste sentido, todos os partidos com assento parlamentar em 2020 foram contactados para participar neste estudo. Em Portugal, existem diferentes modelos organizacionais das juventudes, pelo que nem todos os partidos têm uma estrutura formal de representação juvenil. De facto, apenas o PS, o PSD, o CDS-PP e o PCP têm estruturas autónomas de juventude, independentes dos partidos, tal como apresentado no Quadro 1¹. Os partidos mais recentes – incluindo-se aqui, também, o Bloco de Esquerda – não têm estruturas formais e autónomas de representação dos jovens, uma estratégia que não é incomum e que visa manter a unidade partidária e esvaziar a possibilidade de representação de posições extremas (Cole, 2011: 70)

¹ Embora tenha assegurado a representação parlamentar com a eleição de Joacine Katar Moreira, ao retirar-lhe a confiança política no IX Congresso do Livre (Janeiro de 2020), o Partido Livre deixou de ter representação parlamentar. Assim, o Livre não foi objeto de análise neste relatório. Os estatutos do partido não reconhecem a existência de qualquer estrutura de juventude partidária autónoma do partido nem há qualquer outra menção em relação a estruturas, plataformas dedicadas aos jovens nos estatutos do partido. Segundo informação do sítio do partido, “O LIVRE não tem juventude partidária porque, na sua fundação, foi decidido que os jovens estariam em pé de igualdade nas decisões e vida do partido, não fazendo sentido haver estruturas separadas”. O Partido Os Verdes tem, desde 1989, uma Juventude Partidária – Ecojovem. Esta Juventude não foi, contudo, incluída na amostra deste estudo.

	Estrutura autónoma juvenil	Estrutura sem autonomia	Estrutura em constituição
Partido Socialista	Juventude Socialista		
Partido Social Democrata	Juventude Social Democrata		
Partido Comunista	Juventude Comunista		
Centro Democrático Social	Juventude Popular		
Partido Ecologista “Os Verdes”	Juventude Partidária – Ecolojovem		
Bloco de Esquerda		Coordenadora Nacional de Jovens	
Iniciativa Liberal		Núcleo Jovens Liberais	
Chega!			Juventude CHEGA!
Partido Pessoas, Animais e Natureza		Companheiros de causas	

Quadro 1. Partidos e estruturas de juventude

Como referido, os estatutos do Bloco de Esquerda não reconhecem qualquer estrutura de juventude partidária. Existe, porém, uma Coordenadora Nacional de Jovens (CNJ), cuja atual composição é resultado das eleições realizadas na VII Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda em 2019. Esta Coordenadora dedica-se ao enquadramento, integração e ativismo dos militantes jovens do partido. Os militantes jovens são conhecidos por “Jovens do Bloco”.

O Partido das Pessoas, dos Animais e da Natureza, com representação parlamentar desde 2015, também não tem uma estrutura de representação juvenil autónoma. Nos estatutos do PAN inclui-se, apenas, um ponto direcionado para a participação dos mais jovens entre os 14-18 anos. Assim, o artigo 7.º dos estatutos do PAN reconhece o estatuto de “companheiras e companheiros de causas”. De acordo com o artigo, “todos os cidadãos de nacionalidade portuguesa ou residentes em Portugal, de idade igual ou superior a 14 anos e menor que 18 anos, que pretendam colaborar com o PAN, podem solicitar o estatuto de companheira ou companheiro de causas”, o que lhes confere os mesmos deveres e direitos dos filiados, com exceção de capacidade eleitoral ativa e passiva para eleições internas do Partido. Ao atingirem a maioria política, os “companheiros de causas” dispõem de 90 dias para informarem o partido se pretendem a filiação. Caso não se manifestem durante este período, o vínculo ao Partido cessa.

À data da realização do trabalho de campo deste relatório, o Partido CHEGA! não tinha, ainda, uma estrutura juvenil formal. Os estatutos do partido não reconhecem qualquer estrutura autónoma para representação específica dos jovens militantes. Em setembro de 2020, na Convenção do Partido, estimava-se a constituição da Juventude CHEGA, cuja direção seria nomeada pela direção nacional (não sendo, portanto, uma estrutura interna eleita ou autónoma) – uma estratégia vista, em larga medida, como uma forma de o Partido controlar a entrada de ativistas extremistas (*Público*, 2020). O Partido tem, desde então, uma Comissão Instaladora, que tem assumido a função de dinamização da Juventude do Partido, por exemplo, através da organização de eventos nacionais, como a 1.ª Academia Política do CH (final de março de 2021). Assim, embora tenha estruturas de Juventude reconhecidas em fontes oficiais do partido (*vide*, por exemplo, o *site* do partido), esta estrutura tem operado sem reconhecimento oficial (ou formal) de autonomia.

Fundado em 2017, o Partido Iniciativa Liberal concorreu às eleições legislativas de 2019 pela primeira vez. O Partido não tem formalmente uma estrutura autónoma que represente os jovens militantes do Partido. A Comissão Executiva do Partido reconhece o pelouro “Expansão”, sendo uma das suas áreas de intervenção a “Juventude”. O Partido tem, ainda, um núcleo temático dedicado à juventude, o *Núcleo de Juventude*.

A ausência de estruturas formais ou com autonomia em relação ao Partido implicou a solicitação de entrevistas às estruturas centrais dos partidos. Foi, contudo, garantido que as entrevistas seriam realizadas com jovens de idades inferiores a 30 anos, considerando a idade-limite convencionalmente utilizada para a pertença às juventudes partidárias. Esta dimensão do estudo pretendia, assim, reconhecer as perspetivas dos jovens que ativamente e organizadamente participam nas estruturas partidárias como militantes.

Sexo	Partidos																Total
	CDS-PP		PSD		PS		CH		BE		PCP		PAN		IL		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
	4	3	8	0	9	7	3	2	5	5	4	2	3	2	1	0	
Entrevistados Total	7		8		16		5		10		6		5		1		58
Estruturas Nacionais	2		1		1		5		10		6		5		1		31
Norte	1		7		1												9
Centro	0		7		3												10
Alentejo	2		0		1												3
Algarve	2		0		2												4
Lisboa			1														1
Taxa de resposta	77,8		52,9		59,3		83,3		90,9		85,7		71,4		50,0		77,8

Tabela 1. Distribuição e caracterização dos respondentes dos partidos políticos

No total, foram conduzidas 58 entrevistas a jovens militantes dos partidos políticos, distribuídos conforme apresentado na Tabela 1. Nela inclui-se, igualmente, a taxa de resposta, que reflete os esforços encetados para a inclusão de um leque alargado de perspetivas. A informação relativa à taxa de resposta sugere, também, uma maior resistência das estruturas partidárias autónomas dos partidos em participar nesta investigação. Considerando a composição sociodemográfica da amostra, todos os participantes têm idades inferiores a 30 anos, incluindo a participação de homens e mulheres.

Em termos organizativos, os partidos adotam diferentes formas de considerar as estruturas subnacionais. As diferentes estruturas partidárias de juventude têm modelos de funcionamento diferenciados: algumas elegem representantes nas concelhias (por exemplo, a JSD e a JS) e têm secções locais com atividade regular, outras destacam responsáveis das direções nacionais para o trabalho de base local (exemplo: JCP). Assim, procurou-se assegurar a representação nacional das estruturas subnacionais das juventudes partidárias.

Compreensivelmente, o estudo não pretende obter amostras representativas da população jovem mobilizada nos partidos políticos. Contudo, em larga medida, a amostra recolhida reflete o peso dos diferentes partidos quer em termos da sua presença parlamentar, quer em termos da composição da militância dos partidos. Embora não existam dados concretos quando ao número de jovens militantes das juventudes partidárias, estima-se que a juventude partidária com maior número de militantes seja a Juventude Socialista, com cerca de 34 mil militantes; seguido pela Juventude Social Democrata, que agrega cerca de 25 mil militantes, e a Juventude Popular, com cerca de 22 mil militantes (AIDGLOBAL, 2017). A lista de associações envolvidas no estudo pode ser consultada no Anexo 3.

Tipo de Associação	Sexo		Território					
	H	M	Nacional	Norte	Centro	Alentejo	Algarve	Lisboa
Associações de Estudantes	6	3	0	4	1	1	1	2
Voluntariado Jovem	2	0		2				
Participação Cívica e Social	3	2	3	2				
Empreendedorismo Jovem	1	0						1
Religiosa	0	1		1				
Ambiente e Direitos Animais	2	1		1	1			1
TOTAL DE ENTREVISTADOS	13	8	3	10	2	1	1	4

Tabela 2. Distribuição e caracterização dos respondentes das associações juvenis

Finalmente, foram realizadas 21 entrevistas a jovens pertencentes a associações juvenis, conforme distribuição na Tabela 2. Neste caso, procuraram-se associações com relevo e com capacidade de mobilização dos mais jovens, entre as quais associações académicas, de voluntariado social, de promoção da cidadania, ambientais e de empreendedorismo juvenil. Estas entrevistas a membros de associações procuraram também assegurar a cobertura nacional, incluindo 10 entrevistas no Norte do país; 2 no Centro; 4 em Lisboa; 1 no Alentejo e 1 no Algarve. Três associações têm um âmbito de ação nacional.

As entrevistas foram realizadas entre setembro de 2020 e janeiro de 2021.

Os entrevistados aceitaram, no momento da entrevista, a gravação áudio da entrevista, tendo sido assegurado o completo anonimato das respostas. Para garantir o anonimato dos entrevistados, as citações utilizadas ao longo deste relatório permitem apenas distinguir entre os entrevistados membros de partidos políticos (EP) e os membros de associações juvenis (EA).

Na componente de análise documental, foram considerados os programas eleitorais às eleições legislativas de 2019 dos partidos atualmente com representação parlamentar – PCP, PS, BE, PSD, CH, IL, CDS-PP, PAN. No âmbito desta análise, as políticas para a juventude foram enquadradas em nove categorias distintas correspondentes às principais áreas orientadoras dos programas e estratégias nacionais e internacionais para a juventude, tais como a Estratégia Europeia para a Juventude, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU e o Plano Nacional para a Juventude. A análise

incide sobre as medidas apresentadas para a população jovem, pelo que circunscrevemos a recolha de dados às propostas concretas dos partidos, distinguindo-as, assim, das meras referências a este grupo social. Os compromissos ou as medidas propostas foram identificados em primeiro lugar, pela referência ao grupo-alvo – os jovens – mas também, nos casos em que tal não era explícito, pela referência a determinados contextos ou fases da vida mais relevantes para os jovens (por exemplo, a transição para a vida ativa; primeira habitação própria; constituição de família, entre outros).

3. Os Jovens e a Participação Política

A primeira parte deste relatório aborda duas questões principais. Em primeiro lugar, explora o sentido que os jovens conferem à participação política e o repertório de ações por eles percebido. Simultaneamente, aborda como refletem sobre o afastamento das práticas participatórias convencionais e, concretamente, dos atos eleitorais. Em segundo lugar, procura compreender a medida em que o exercício da ação política foi transferido para outras arenas como, por exemplo, as organizações da sociedade civil.

3.1. Participação política – “Aquilo que nos une enquanto sociedade”

No debate sobre o interesse dos jovens pela política, um dos argumentos prevaletentes é o que aponta para uma mudança nas práticas de participação política, sugerindo que os jovens não estarão menos interessados na política em si. Estão, antes, afastados das práticas convencionais, preferindo formas de participação não-convencionais.

Pickard (2019, 375-6) descreve a forma como, atualmente, os jovens abordam a política, como uma participação «Do-It-Ourselves» (DIO), individual ou coletiva, frequentemente fora das instituições da democracia representativa, mais focada ou despoletada por causas específicas (*issue-based*), mediada pelas tecnologias digitais e dirigida desde as comunidades de vizinhança até a organizações internacionais – expandindo assim o repertório de práticas participatórias.

Assim, a montante das anunciadas crises de participação estão, necessariamente, a definição de participação política, sustentada na interpretação da política em si mesma e, simultaneamente, a forma de medição desse fenómeno. De facto, quanto mais estreita for a interpretação da “política” e dos atos participatórios e, especificamente, quanto mais se limitar à quantificação de atos convencionais ou institucionais, como o voto ou a filiação em partidos políticos, maior será a perceção de crise de participação nos mais jovens. Porém, “*Quando consideramos a participação política, devemos ter em conta que nem tudo o que pode ser contabilizado conta e que nem tudo o que conta pode ser contabilizado*” (Pickard, 2019, 57). Neste estudo seguimos, pois, a estratégia de dar voz aos jovens, escutando as suas definições e interpretações da política e da sua própria participação, tendo em conta as diferentes estruturas em que estão envolvidos – juventudes partidárias e organizações associativas.

Quando questionados sobre os significados de *política*, 61 dos 76 entrevistados centraram as suas respostas em dois elementos principais das definições acima propostas: a pertença a uma comunidade que é, em si mesma, política e a intenção de mudança, de ação e progresso. Assim, a pertença a uma comunidade política (por oposição a sermos elementos isolados) é expressa por vários entrevistados. A título de exemplo,

É o espaço onde nós nos entendemos enquanto comunidade (EP22);

É aquilo que nos une enquanto sociedade (EP27);

É uma congregação de esforços (...) para alcançar um bem maior nas suas comunidades (EP28);

Tem a ver com a participação ativa e cívica dos cidadãos, portanto todos nós fazemos política quando vivemos em sociedade (EA59);

A política significa (...) estarmos realmente interessados em nós enquanto sociedade e não enquanto ser individual (EP69);

Política é tudo; não pode ser desligada do que é o ato de cidadania na vida ativa do seu Estado (EP75).

Esta expressão de pertença a uma comunidade está frequentemente associada à ideia de mudança e de intervenção deliberada para essa mudança:

Política é o conjunto de posições que tomamos no dia-a-dia que de alguma forma alteram, transformam ou mantêm a sociedade em que vivemos (EP21);

É lutarmos pela nossa visão do que queremos para o país. É intervenção, ativismo e também sensibilização (EA30);

Significa atuar na sociedade em que vivemos, significa participação, significa movimento, significa fazer coisas (EA52);

É um conjunto de ações que têm impacto na sociedade em que eu vivo (EP5);

É fazer uma diferença vincada na sociedade (EP74).

Apesar desta visão sobre política, vários inquéritos internacionais (Relatório 1) têm reiterado o desinteresse e o afastamento dos jovens da participação política. Tal desinteresse tende a ser explicado na literatura por três argumentos principais: a imaturidade, a apatia e a alienação. Os estudos que se focam nos ciclos de vida argumentam que os jovens ainda não atingiram um nível de maturidade essencial à decisão de participar politicamente, ou seja, ainda não experienciaram momentos-chave de transição para a

idade adulta (tais como a conclusão dos estudos, a entrada no mercado de trabalho ou a constituição de família) conducentes a um maior interesse e envolvimento em práticas participatórias (Smets, 2012). Assim, os níveis de interesse e participação tenderão a subir à medida que este grupo etário envelheça. Num outro sentido, alguns autores advogam que os jovens vivem atualmente num aparente estado de apatia ou indiferença, centrados em si mesmos e em questões materiais, não abrindo espaço de interesse para temas mais abrangentes como as questões políticas (Henn *et al.*, 2005). Assim, os baixos níveis de interesse e participação política dos jovens devem-se apenas ‘aos próprios’. O modelo explicativo da alienação, ou cinismo, é de facto aquele que melhor enquadra os resultados do nosso estudo, apontando para uma forte desconexão entre o interesse e a vontade de participação política dos mais jovens e as oportunidades e os canais de participação oferecidos pelo sistema político em particular pelos partidos políticos.

Tal como apresentado na Figura 1, os entrevistados tendem a concordar com a perceção global do desinteresse dos jovens por questões políticas, opinião especialmente saliente entre os membros associativos. Já os membros das juventudes partidárias distribuem-se mais equitativamente entre as duas respostas.

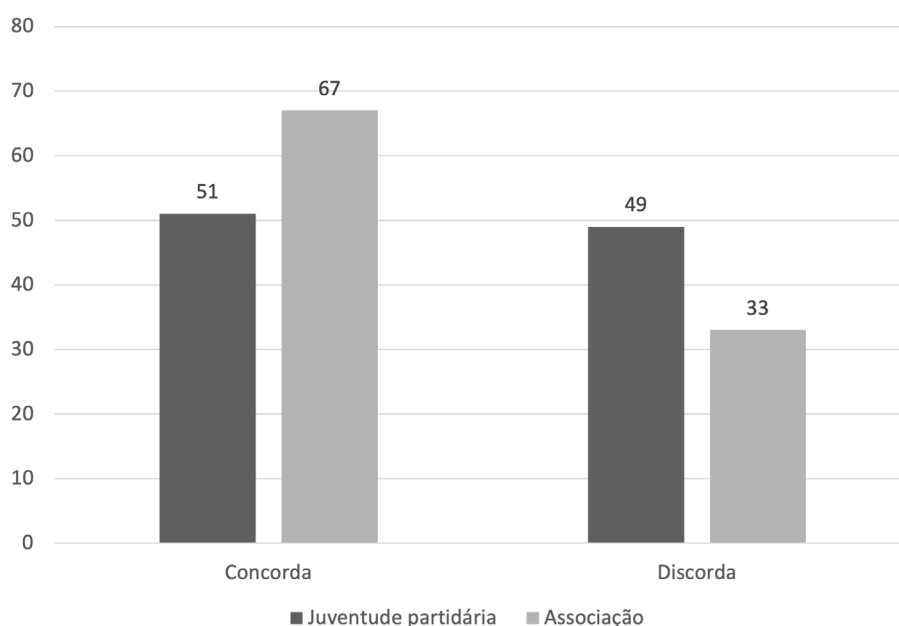


Figura 1. Concordância com a perceção de desinteresse dos jovens pela política (%)

Notas: Respostas à questão “De uma forma geral, a perceção é a de que os jovens não se envolvem em política e não se interessam por questões políticas. Concorda com esta afirmação?” N=78

Porém, os resultados da análise de conteúdo dão-nos uma visão mais clara dos fatores que, na opinião dos entrevistados, moldam a relação dos jovens com a política. Por um lado, são várias as afirmações de que os jovens se interessam por questões políticas, mas não se reveem na organização e estratégia de atuação das organizações partidárias. Os entrevistados referem-se, de forma clara, à inexistência

de canais claros que permitam o envolvimento dos jovens. Consideram, assim, que “os mecanismos de participação neste momento estão muito limitados e isso condiciona a participação” (EP24). Os membros associativos tendem a ser ainda mais contundentes relativamente à desadequação dos canais de participação. Apesar do seu interesse, os jovens tendem a não se rever em “fóruns que já foram criados para isso, nomeadamente nos partidos políticos” (EA23). Além disso, os entrevistados tendem a considerar que os canais existentes atribuem “pouca valorização a tudo que são os talentos fora da caixa” (EA38), com a participação pelos canais partidários a ser considerada uma forma de “participação muito antiquada” (EA38). Um dos jovens entrevistados esclareceu que:

“Daí essa fama de que a política, hoje em dia, não é muito interessante para os jovens, porque há uma perceção de que a política é voltada para determinadas pessoas. E é uma falha dos políticos com poder e não propriamente da juventude que, por si só, é irreverente e bastante opinativa nas ideias de futuro. Parte das estruturas partidárias juvenis ou dos próprios partidos saber canalizar, saber ouvir e, acima de tudo, saber trabalhar essas opiniões.” (EA57)

Por outro lado, os entrevistados que consideram que a geração mais nova não manifesta interesse pela política (principalmente aqueles que são membros de juventudes partidárias) atribuem este afastamento ao facto de os atores políticos não comunicarem “para os jovens” (EP7), tratando-se de uma classe muito descredibilizada:

“A verdade é que grande parte dos jovens não se interessa porque também não se sente valorizada a nível político e a nível do impacto que pode ter.” (EA52)

“O discurso de descrédito sobre os políticos, a ação política, a execução da política é algo que se começa a aprender muito cedo. Portanto, é mais normal uma atitude de desconfiança para com a política do que de entusiasmo.” (EP25)

“As pessoas acham que é um mundo demasiado complexo, não conseguem perceber o seu funcionamento, é relativamente opaco. Efetivamente, existem entraves da participação à entrada e isto faz com que os jovens se afastem.” (EP47)

Em suma, o problema é maioritariamente identificado do lado da oferta, ou seja, para os entrevistados o sistema político não constitui um meio eficaz para a canalização do interesse político dos jovens:

“Não acho que nós sejamos uma geração de desinteressados, pelo contrário, acho que somos uma geração que tem causas diferentes das outras ou que tem um tipo de militância diferente.” (EP21)

Neste contexto, poderíamos supor que o afastamento dos jovens dos partidos seria compensado por outras formas de participação cívica ou política. Perante esta questão,

64% dos inquiridos assinalam a sua concordância. Com efeito, os jovens entrevistados pertencentes ao universo associativo têm a perceção de que a participação das gerações mais novas em estruturas não-partidárias tem aumentado, não obstante o risco de extrapolação para o contexto nacional. São três os aspetos sublinhados enquanto potenciadores deste tipo de participação como retratam os excertos seguintes. Em primeiro lugar, o facto de ter uma natureza mais concreta, com resultados mais rápidos:

“Acaba por ser um caminho mais direto. Acho que há jovens que veem nas associações formas mais diretas, formas mais rápidas de ver resultados mais rápidos daquilo que vai ser o seu trabalho e acabam por ir por aí.” (EA64)

Por outro lado, o universo das formas de participação não-convencionais é valorizado, dada a sua capacidade de permitir aos jovens maior espaço de intervenção e ‘voz’:

“...um jovem no associativismo tem muito mais capacidade de fazer do que num partido político. Um jovem que tenha ideias e que queira fazer alguma coisa em termos políticos vai para um partido político e debate ideias só, enquanto no associativismo têm capacidade para fazer. Eu tenho uma ideia, é só encontrar uma associação que trabalhe essas ideias. Ou seja, eles pensam, eles imaginam e as associações dão-lhes essa capacidade e, se calhar, está aí também uma das razões fundamentais para haver o associativismo que é a capacidade de fazer para os jovens.” (EA57)

No entanto, não deixam de realçar que esta participação ocorre normalmente em torno de uma causa específica (*issue-based*) e tem pouca continuidade. A participação dos jovens neste universo pode, assim, assumir um formato “*demasiado efêmero e temporário*” (EA59).

Se nos focarmos na forma mais básica e convencional de participação política – a participação eleitoral –, os entrevistados (tanto os membros de juventudes partidárias como os de associações) identificam duas causas principais para os níveis de abstenção dos eleitores mais jovens: a mobilização e a motivação, repetindo alguns dos argumentos avançados na secção anterior.

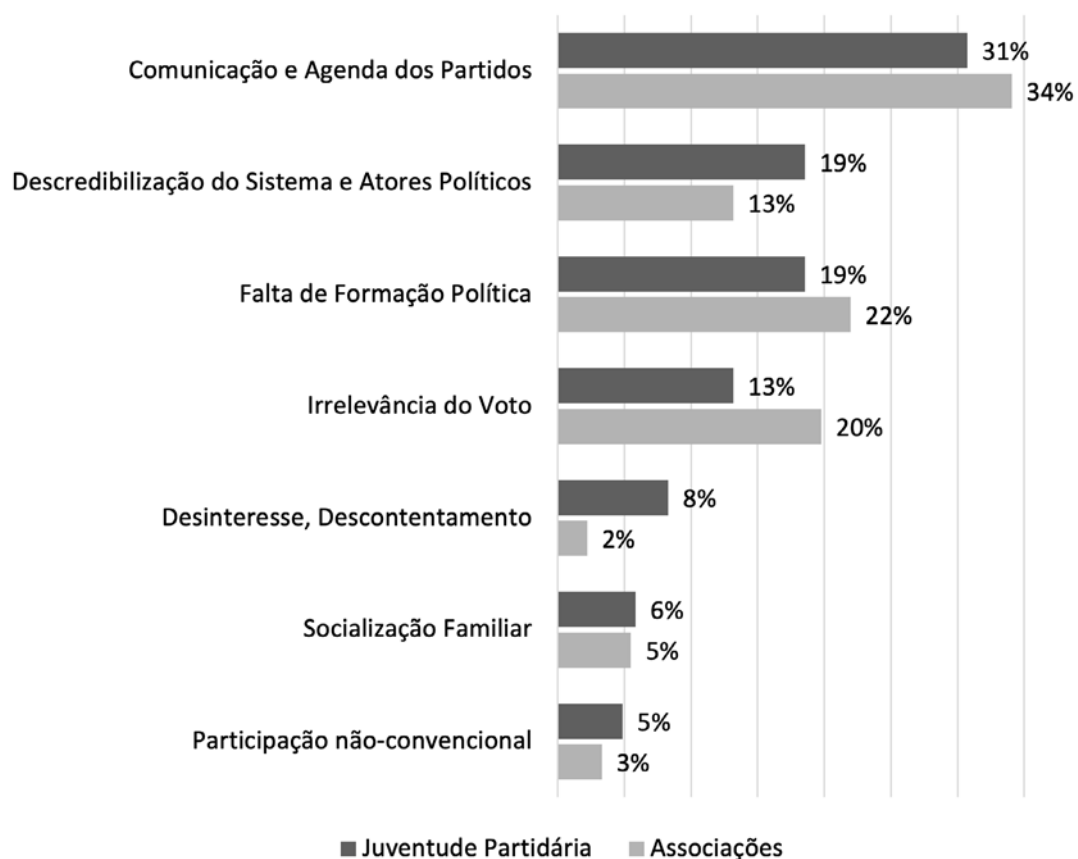


Figura 2. Explicações para a abstenção, por organização (%)

Notas: Respostas à questão “Os dados dos últimos atos eleitorais indicam que a abstenção tende a ser muito elevada entre os mais jovens. No seu entender, o que explica esta abstenção?” N=269 referências

A Figura 2 retrata a relevância relativa que os entrevistados conferem às razões para a abstenção, existindo pouca variação entre os dois grupos de entrevistados. Com efeito, os inquiridos apontam falhas cruciais ao nível da mobilização dos jovens por parte dos partidos políticos, nomeadamente na falta de eficácia das suas estratégias de comunicação e do próprio conteúdo das suas propostas. Tal como um dos entrevistados esclareceu, os jovens “*sentem que os partidos não falam para eles, sentem que a política é uma seca e que não conseguem fazer a diferença*” (EP4). Comparativamente, esta justificação é referida mais frequentemente entre os membros das juventudes partidárias (19% das referências *vs.* 13 por cento dos membros associativos).

Contudo, este descrédito estende-se ao próprio sistema de representação, bem como aos atores políticos, em particular. Com efeito, os políticos estão associados a “*uma vida suja, corrupta*” (EP41). Além disso, os jovens entrevistados mencionam a baixa rotatividade no exercício de cargos políticos, apontando, também, críticas ao sistema eleitoral, que não permite maior representatividade, sobretudo nos círculos eleitorais de menor magnitude:

“O primeiro motivo é uma descredibilização do sistema político atual dos partidos e dos eleitos. Se nós vírmos, a maior parte dos partidos tem gente no Parlamento

há anos. São quase sempre os mesmos. O segundo motivo – e para mim é o mais escandaloso – é que, de facto, nós não temos um sistema que seja representativo, na medida em que a maior parte do nosso território tem um deputado ou dois deputados ou três deputados. Quer dizer, há uma falta de representatividade brutal.” (EP6)

“Nós vemos um boletim de voto para umas eleições legislativas, etc. votamos num partido, não votamos numa cara, não votamos numa pessoa diretamente e, portanto, muitas vezes isso... Eu acho que para mim é um problema.” (EP48)

Os membros associativos conferem ainda especial relevância a fatores relacionados com a motivação dos eleitores mais jovens, tal como a falta de conhecimento e formação política, potenciadores de uma perceção de irrelevância do voto:

“A cidadania na escola pode ter esse papel de aproximação à política, com exemplos práticos e soluções que foram encontradas através do voto ou problemas que foram resolvidos através do voto, da participação dos cidadãos.” (EA12)

“Depois, há aquela questão que eu acho que é superimportante que nós debatemos hoje muito no dia-a-dia que tem a ver com a desinformação. Ou seja, temos cada vez mais acesso à informação, mas somos realmente informados? Nós temos acesso à informação e informação super fast food, ou seja, só no sentido de muito rápida absorção dos problemas e vemos a ascensão de extremos porque os problemas têm que ser explicados rápido.” (EP34)

“Nós não somos desde cedo motivados a pensar na área da política, não nos dão bases para perceber melhor o que é a política, qual é a nossa ação na política, o que são os vários partidos, o que cada um defende, ou seja, acaba por ser muito autodidata.” (EA58)

“Eles não acreditam que o voto tenha o poder que o voto efetivamente tem.” (EA13)

Se integrarmos estes resultados no modelo proposto por Wass e Blais (2017, 463), podemos de facto identificar, em primeiro lugar, referências às causas distantes para a abstenção – a mobilização e o sistema político –, mas também aos fatores mais próximos do eleitor, tais como a sua motivação – alicerçada no interesse e conhecimento políticos – e os seus recursos, fortemente influenciados pela socialização política em contexto familiar. Assim, na perspetiva dos nossos entrevistados e recorrendo à conhecida expressão de Verba *et al.*, (1995), os jovens não votam mais em Portugal “porque não podem, não querem e ninguém lhes pediu”.

Foram identificadas importantes variações entre as perspetivas dos jovens integrados em estruturas autónomas dos partidos e as dos jovens militantes em partidos sem estruturas autónomas, como se apresenta na Figura 3. É entre os primeiros que se torna mais saliente a perspetiva de que a abstenção pode ser justificada pela comunicação e agenda dos partidos políticos (38%).

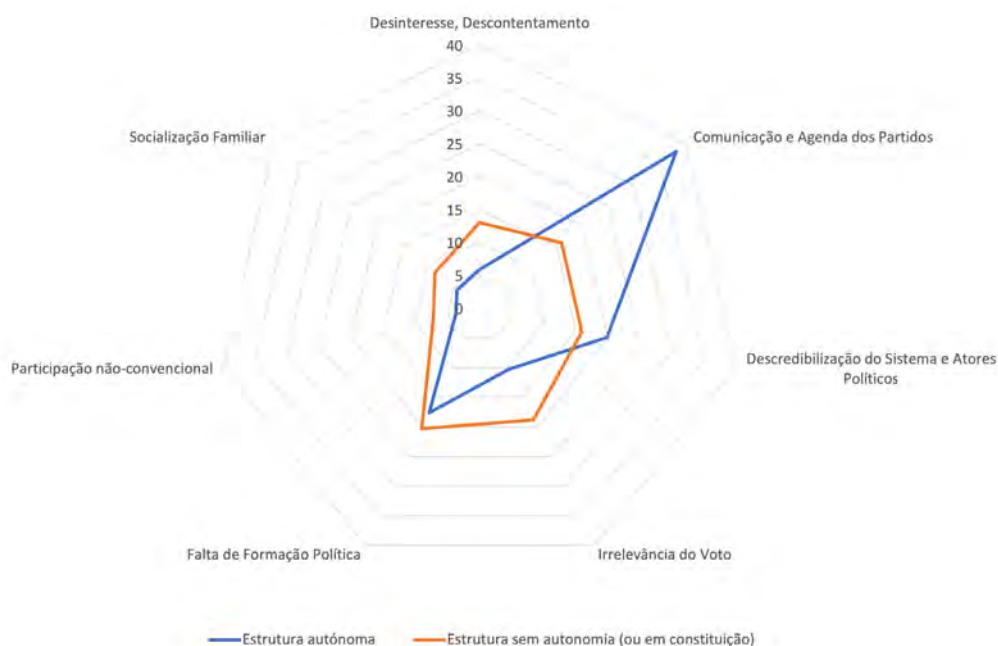


Figura 3. Razões para a abstenção, por juventude partidária (%)

Embora com diferenças menos salientes, é entre estes jovens que é mais comum a perceção do efeito negativo da descredibilização do sistema e dos atores políticos sobre a participação eleitoral (20% contra os 16% dos jovens que pertencem a partidos sem estrutura autónoma). Os jovens militantes de partidos sem estruturas autónomas tendem a destacar os efeitos do desinteresse e descontentamento dos jovens em relação à política (13% contra os 6% dos jovens das estruturas autónomas) e a perceção quanto à irrelevância do voto, destacado por 19% dos jovens. A falta de formação política é identificada como um fator relevante pelos dois grupos.

Procurámos ainda que os entrevistados se posicionassem em relação a uma bateria de afirmações sobre as estruturas representativas e, tal como se apresenta de seguida (Figura 4), há uma grande proximidade entre os jovens na forma como perspetivam as elites e os partidos políticos.



Figura 4. Perspetivas sobre as estruturas políticas, grau de concordância por associação e estruturas da juventude partidária (%)

Os jovens de estruturas partidárias tendem a concordar mais com a ideia de que “os partidos representam verdadeiramente os interesses dos jovens” (33%) do que os jovens membros das associações (19%). De igual forma, os jovens do universo associativo concordam mais com a ideia de que “as decisões dos partidos são muito centralizadas e não permitem que os membros tenham voz ativa” (48%) do que os jovens dos partidos (40%). As divergências entre estes grupos notam-se, ainda, quanto à ideia de que “ser politicamente ativo requer muito tempo e esforço”, uma perspetiva que é partilhada por 72% dos jovens envolvidos em estruturas partidárias, contra os 52% dos membros associativos. Uma última diferença relevante pode ser identificada quanto à perspetiva de que “o povo deve tomar as decisões mais importantes e não as delegar em políticos”, que colhe a concordância de 9% dos jovens membros das associações, com níveis de concordância mais elevados entre os militantes de juventudes partidárias (38%).



Figura 5. Perspetivas sobre as estruturas políticas, grau de concordância por associação e estruturas da juventude partidária com e sem estrutura autónoma (%)

Note-se ainda que, embora os militantes das juventudes partidárias com e sem estruturas autónomas não apresentem divergências significativas em relação às afirmações apresentadas (Figura 5), é em relação à ideia de que “os partidos representam verdadeiramente os interesses dos jovens” que esta diferença é mais pronunciada, com os membros de estruturas autónomas a apresentar graus de concordância mais elevados (45,9% contra 19%). Além disso, é entre os jovens militantes de partidos com estruturas autónomas que tende a surgir mais a perceção de que há muitas oportunidades nos partidos políticos para os jovens serem politicamente ativos (referido por 81% dos entrevistados); e a perceção de que ser politicamente ativo requer muito tempo e esforço (78%).

3.2. Participação entre dois mundos ou um só “ecossistema”?

Neste estudo, abordamos não só o envolvimento dos jovens portugueses em estruturas partidárias de participação política, como também noutras estruturas de cariz associativo, explorando, por um lado, as características da sua ação de mobilização e, por outro, os potenciais canais de intercâmbio com as estruturas partidárias. Apesar de a amostra de entrevistados ser substancialmente inferior à dos membros de juventudes partidárias – o nosso foco principal –, os resultados obtidos permitem uma análise preliminar das estruturas associativas enquanto espaço alternativo de participação política.

A eficácia política, a par do conhecimento e do interesse pela política, é um elemento central da motivação para participar e, mais especificamente, para votar (Wass e Blais, 2017). A perceção de eficácia política das instituições é relevante, na medida em que nos remete

para uma atitude de confiança no sistema político e na sua responsividade. Neste sentido, procuramos analisar a avaliação que os jovens fazem relativamente ao funcionamento das instituições e dos atores políticos e a forma como os perspetivam como meios eficazes para que os jovens possam canalizar os seus interesses e preferências.

Em geral, as respostas apontam para a necessidade de uma combinação de esforços entre as duas arenas – a partidária e a associativa –, revelando uma visão da sociedade como um todo integrado. Esta visão de complementaridade é apontada tanto pelos membros das juventudes partidárias, como pelos das associações, demonstrando um reconhecimento do papel ‘do outro’, considerando que as duas formas de participação se integram no mesmo “*ecossistema*” e “*comunidade agregada*” (EP67). Assim, entendem a importância de “*alianças*” (EA29), pois os “*partidos também têm tanta mais força quanto mais força tiverem os movimentos sociais*” (EA3). Como um entrevistado referiu:

“Em primeiro lugar, a sociedade civil deve perceber que, se não participar, os partidos políticos não terão o cuidado de responder aos anseios de toda a sociedade civil. Mas, por outro lado, se os partidos políticos não perceberem que precisam da sociedade civil, vamos viver uma crise sistémica em que os partidos são bolhas fechadas sobre si mesmos.” (EP47)

Apesar da visão da complementaridade de papéis, existe também a perceção de que os partidos políticos atuam numa arena privilegiada de poder, na medida em que são os representantes eleitos pelos cidadãos e têm o poder de adotar e implementar políticas e medidas ou, no lugar da oposição, de fiscalizar a ação governativa enquanto interlocutores diretos do Governo. Esta posição privilegiada dos partidos é visível nas seguintes passagens:

“Aqueles que têm competência para influenciar decisivamente as políticas que todos os dias são concretizadas para o cidadão comum são os partidos. Não há democracia sem partidos, não há política sem partidos.” (EP16)

“Acho que são os partidos políticos, não porque estão mais preparados para isso, mas porque participam em espaços de poder, essa é que é a grande questão, uma questão muito objetiva.” (EP22)

“Há uma coisa fundamental, a perceção de que um partido faz parte da sociedade civil. Um partido político deveria ser o ex-libris da participação na sociedade civil, porque é através do partido político que a sociedade civil se expressa.” (EP47)

Às organizações da sociedade civil é reconhecida uma maior capacidade de agir em proximidade, tanto em termos da sua atuação em causas específicas, como em termos territoriais, particularmente tendo em conta o papel que desempenham “nas questões da sensibilização” (EP7). Um entrevistado esclareceu:

“Um papel muito determinante das organizações da sociedade civil: nós conhecemos o terreno; nós sabemos o que funciona; nós sabemos o que não funciona; nós temos ideias e boas práticas para partilhar que podem ser adaptadas num contexto nacional e que podem ser colocadas em lei.” (EA3)

Por outro lado, existe uma maior confiança na sua atuação, bem como na sua abertura à população mais jovem, tanto em termos de mobilização como de formação, que é em grande parte também expressa pelos membros das juventudes partidárias.

“Nós não podemos ter esperança na classe de políticos que temos hoje. E temos de depositar essa esperança noutra lado e esperar que essas outras organizações consigam trazer um amanhã mais risonho.” (EP6)

“Eu, quando quero saber sobre um tema, sobre soluções para esse problema, mais facilmente vou pesquisar uma associação que aborde esses temas. Os partidos políticos, acho que ainda aparecem só na televisão, aparecem muito pouco em plataformas digitais e não é fácil aceder ao que eles têm feito.” (EA30)

“Acho que é preciso uma ação ao nível dos próprios políticos de valorização e de darem uma certa credibilidade aos jovens. Porque os próprios partidos às vezes tiram essa credibilidade e não é fácil nós estarmos a fazer algo para depois nós próprios sentirmos na pele que há essa descredibilização.” (EA52)

Tal como apresentado anteriormente, as principais razões apontadas para o afastamento dos jovens dos canais partidários de participação são a fraca mobilização levada a cabo por estas estruturas, nomeadamente ao nível da comunicação. Seria, assim, de esperar que os responsáveis associativos concentrassem os seus esforços neste campo de ação. De facto, como representado na Figura 6, as duas principais estratégias identificadas pelos entrevistados são a comunicação e também a formação.

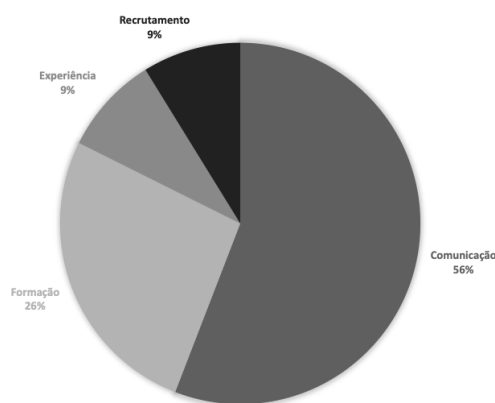


Figura 6. Estratégias de mobilização dos jovens pelas associações (%)

Notas: Respostas à pergunta: “Que estratégias são utilizadas para mobilizar os jovens?”; N=34 referências

Existe um grande esforço das associações para darem a conhecer a sua atividade, sendo este o ponto de partida da mobilização, ou seja, se os jovens não conhecem, não tomam a iniciativa de participar. Esta comunicação está fortemente centrada nos meios digitais, sobretudo nas “redes sociais” (EA45). Contudo, para o universo associativo, “manter uma relação é muito mais importante do que estabelecê-la” (EA45), sendo necessário que as associações se mantenham “ativas nesses meios e com uma imagem apelativa para nós conseguirmos atrair as pessoas” (EA55). Nesse sentido, o contacto

direto, de ‘cara a cara’ é considerado fundamental, para “*conseguir chegar às pessoas mais do que elas a nós*” (EA55).

“É preciso, primeiro, tentarmos chegar aos nossos colegas, sentarmos com eles em conversas informais, fazê-los perceber que são parte da solução. Ou que eles são a solução. Que não são parte do problema. Pelo contrário. e tentar adequar o nosso trabalho às expectativas e às necessidades deles.” (EA59)

Esta estratégia está fortemente ligada à vertente de formação, em que as associações promovem iniciativas dinâmicas de envolvimento dos jovens. Na vertente de formação, atribuem muita importância ao elo que se deve estabelecer com as escolas e com o ensino superior, sendo, no primeiro caso, mais uma vez salientada a importância da dinamização de projetos escolares de intervenção na comunidade, promotores de uma maior consciência social e cívica nas gerações mais jovens:

“...uma forma que nós temos é contactar diretamente com as faculdades, seja por divulgação institucional por email, seja por o passa palavra; tentar perceber onde eles estão e daí os “política-te” e os “cafés” que nos ajudavam muito nisso, que é irmos para um café discutir política, junto a cafés estrategicamente próximos de faculdades.” (EA53)

“... acima de tudo conseguir acompanhar as redes sociais. Acho que aí é o grande fator. E nunca perder a ligação às escolas.” (EA57)

“Nós tentamos sempre ter atividades dinâmicas e com os jovens, estilo workshop, não tanto palestra, mais questões interativas dinâmicas.” (EA51)

Com efeito, é notório o esforço levado a cabo pelos dirigentes associativos para se aproximarem do quotidiano dos jovens, tanto em termos presenciais, como na natureza e no conteúdo das ações de mobilização.

A nossa expectativa relativamente à relação entre estruturas associativas e partidos políticos seria de um desejo de afastamento destes últimos e do descrédito que lhes é associado. Contudo, é frequentemente apontado o facto de alguns contextos associativos, como as associações de estudantes, representarem um trampolim para cargos políticos nas juventudes partidárias, isto é, como fontes de acumulação de capital social essencial a uma carreira política.

As entrevistas realizadas com os dirigentes associativos revelam uma perceção pouco clara do peso dos membros que são, simultaneamente, militantes partidários, embora tendencialmente admitam que sim, que existe essa dupla participação. As suas respostas focam essencialmente dois aspetos desta relação: por um lado, nenhum destes dois tipos de participação deve ser excludente, pelo contrário, devem assentar numa lógica de “*simbiose perfeita*” (EA3) e de complementaridade, ou seja, não verificamos este efeito de rejeição da militância partidária.

Além disso, a experiência de participação em qualquer um dos mundos pode reforçar a participação dos jovens, *uma vez que os “jovens mais participativos por já terem*

estado num partido ou numa associação acabam por participar mais” (EA17) e podem transmitir às associações o “que tem sido feito mais ativamente a nível dos diversos partidos” (EA19). As pontes entre o mundo associativo e o mundo partidário são vistas como fundamentais para que se clarifiquem as lógicas e os constrangimentos de atuação de cada uma das formas de participação organizada:

“[S]eria interessante no sentido de um choque de realidades porque eu acho que nós vivemos todos em bolhas. Acho que era muito bom haver mais esse tipo de sinergias para quem está nos partidos políticos ter uma noção mais real do que é que acontece no campo e (...) quem está nas associações perceber quais são os ciclos legislativos de quem está nos partidos, porque muitas vezes exigimos transições rápidas. Mas, na verdade, as coisas são planeadas de quatro em anos.” (EA38)

Por outro lado, é realçada a necessidade de manter os objetivos de cada tipo de participação isolados, ou seja, a partir do momento que a participação associativa, por exemplo, é utilizada para atingir os objetivos da militância partidária, esta combinação deixa de ser vista como viável, isto é, “*depende de como cada pessoa gerir*” (EA59).

“Eu não vejo qualquer problema que um dirigente associativo seja militante de uma juventude partidária. O problema é quando se estabelece uma relação de dependência entre ambos. Ou uma ingerência entre funções. Isto acontece com muita frequência, ou seja, dirigentes e estruturas que têm benefícios, desde financiamento a favores e facilitação, porque os seus dirigentes fazem parte de alguma juventude partidária ou partido político. Ou o contrário, associações que deixam de cumprir o seu propósito de representação estudantil porque estão a fazer agenda de juventudes ou de partidos.” (EA59)

No entanto, e apesar das vantagens reconhecidas num trabalho de cooperação entre os dois universos, vários entrevistados sublinham que, muito frequentemente, esta relação é evitada por parte das associações devido à descredibilização dos partidos políticos e à imagem de falta de idoneidade que lhes é associada. Seria, portanto, desejável “*desmistificar esta questão do político como se fosse uma coisa negativa.*” (EA3) e que “*as pessoas conseguissem gerir essas emoções.*” (EA12).

Para além disso, é referido o caso específico de envolvimento com partidos que estejam no poder, no sentido em que isso pode limitar a natureza mais contestatária das associações. Tal como apontado por um dos entrevistados:

“Muitas vezes os partidos políticos silenciam organizações da sociedade civil e isso é muito mau. É por isso que muitas das vezes os partidos não deviam estar envolvidos com organizações da sociedade civil. (...). Quando os partidos estão no poder, muitas das vezes querem é silenciar quem quer ir contra o poder. Eu acho que isso é negativo.” (EA51)

4. Partidos e Juventudes Partidárias em Portugal

Esta secção é dedicada às funções, objetivos e estratégias das organizações de juventude partidárias, analisando-se, ainda, a forma como os entrevistados perspetivam a interação entre as atividades das juventudes partidárias e outras arenas relevantes para os partidos políticos. Para tal, aborda-se, em primeiro lugar, a dimensão substantiva da representação dos jovens, isto é, a capacidade de tradução por parte dos partidos políticos das prioridades e interesses dos jovens em medidas concretas de ação política. Em segundo lugar, analisa-se a proximidade dos jovens militantes em relação aos partidos, considerando o posicionamento ideológico e as motivações dos jovens para a adesão às juventudes partidárias. Em terceiro lugar, considera-se a forma como as juventudes partidárias podem agir como um grupo de interesse internalizado – mobilizando jovens eleitores para os objetivos da organização partidária mais ampla – e que estratégias são usadas para este efeito.

4.1. Prioridades políticas dos jovens e dos partidos políticos

A alienação política da juventude é frequentemente atribuída às instituições e aos atores políticos tradicionais, sobre quem recai a responsabilidade pelos baixos níveis de participação política dos mais jovens, em especial no que se refere a atos participatórios convencionais, como o voto.

Estes resultados são, assim, consistentes com a investigação que, sugere que embora os jovens se interessem pela política, os partidos políticos não investem nas dimensões da motivação e da informação das gerações mais novas, essenciais à sua participação política (Delli Carpini, 2000; Edwards, 2000; Henn & Weinstein, 2006; Hooghe & Dassonneville, 2013; Sloam, 2011). Assim, nem o conteúdo das propostas políticas, nem a forma como são comunicadas contribuem para a mobilização dos jovens para os atos eleitorais. Em contexto eleitoral, as medidas incluídas nos programas dos partidos assinalam aos eleitores as temáticas por eles privilegiadas e a forma como pretendem resolver essas questões. Nesse sentido, a inclusão de questões relevantes para a população mais jovem, bem como a sua comunicação adequada tendem a contribuir para uma maior motivação para a participação eleitoral (Delli Carpini, 2000).

A análise do conteúdo dos programas eleitorais permite-nos explorar em que medida os partidos em Portugal reconhecem e priorizam os temas mais relevantes para a população jovem nas suas propostas políticas. Com efeito, a representação da população jovem e a ação em seu favor estão intimamente relacionadas com o reconhecimento dos jovens enquanto grupo com características e necessidades específicas, resultando na formulação de políticas para a melhoria das suas condições de vida e oportunidades futuras. Em contraponto, podemos ter uma marginalização das questões da e para a juventude perante a sua menor relevância em termos de ganhos eleitorais, priorizando o *grey vote*.

Tal como referido na secção metodológica, a unidade de análise utilizada foi a ‘medida’ ou o ‘compromisso’ assumido por cada um dos partidos, sendo posteriormente

codificadas em 9 categorias: Educação e Formação; Emprego; Conciliação Trabalho-Família; Cidadania e Igualdade; Saúde; Habitação e Transportes; Proteção Social; Cultura; e Imigração. Estas categorias foram construídas a partir de documentos estratégicos para a juventude, nacionais e internacionais, sendo-lhes atribuídas as medidas propostas em cada programa, ainda que, no documento original de cada partido, elas estivessem incluídas numa secção distinta. Neste sentido, seguimos um rigoroso exercício indutivo na seleção e codificação das medidas propostas pelos partidos que se dirigissem explicitamente à população jovem ou a contextos particularmente determinantes nesta fase da vida.

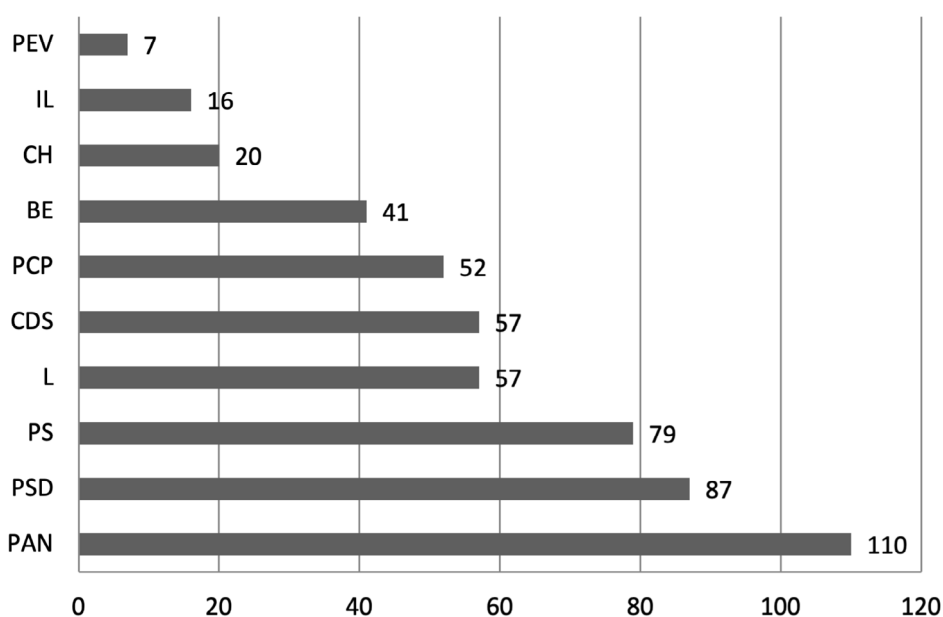


Figura 7. Total de medidas por partido, número

Os dados apresentados na Figura 7 permitem confirmar que todos os partidos analisados incluíram, nos seus programas eleitorais de 2019, medidas dirigidas à juventude. No entanto, importa assinalar que, em termos comparativos, se verificam diferenças relevantes não só em termos da quantidade de medidas propostas em termos absolutos (Figura 7), mas também em relação às áreas temáticas privilegiadas (Figura 8). Considerando o conjunto de todas as categorias, o PAN surge como o partido que apresenta mais medidas para a juventude, seguindo-se o PSD e o PS. O Partido IL e o CH são, pelo contrário, os partidos que, comparativamente, propõem menor número de medidas dirigidas à juventude nos seus programas eleitorais.

Considerando as nove categorias, na Figura 8 podemos verificar que a Educação e Formação é a que maior peso em todos os programas eleitorais, registando-se um total de 214 medidas no conjunto dos partidos. O segundo lugar é ocupado pela área da Conciliação Trabalho-Família, seguindo-se a área da Cidadania e Igualdade, contabilizando um total de 57 e 53 medidas, respetivamente. Por outro lado, a Cultura e a Imigração são, claramente, os setores em relação aos quais os partidos conferem menor saliência.

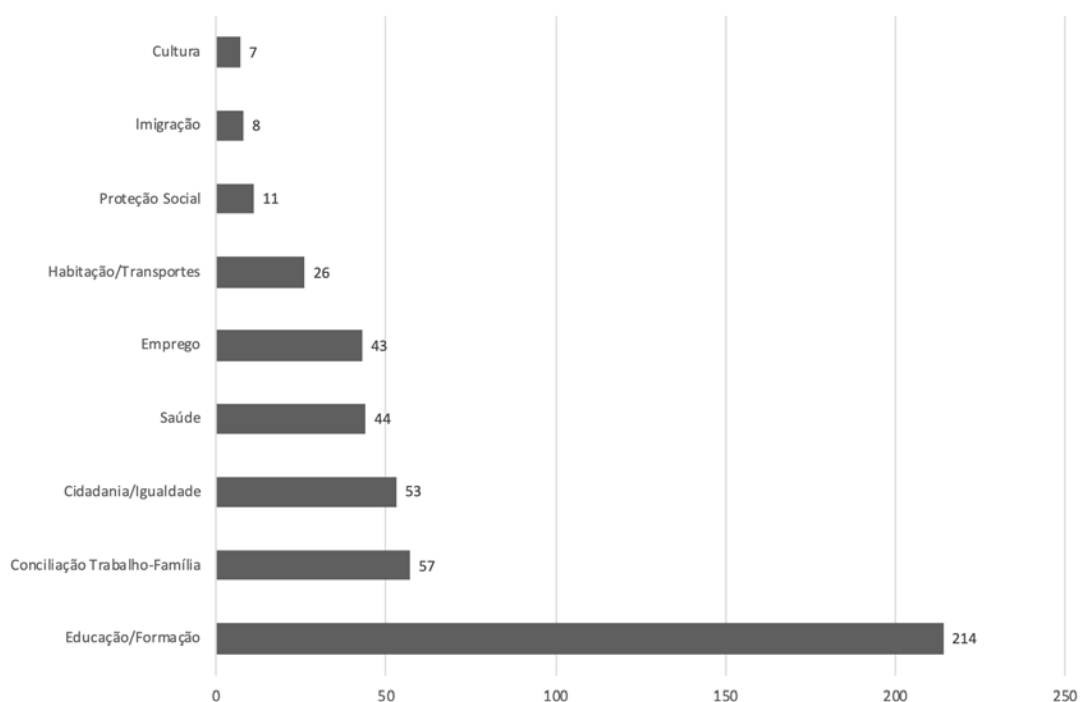


Figura 8. Total de medidas por área sectorial

Importa detalhar um pouco mais a nossa análise na categoria Cidadania e Igualdade, considerando, em particular, dois aspetos centrais: a sua abrangência e o seu conteúdo analítico. Em primeiro lugar, embora o peso relativo deste grupo seja considerável (Figura 8), devemos assinalar o facto de que as medidas dirigidas especificamente à participação política dos jovens têm um peso menor (apenas 11 em 53 medidas), por comparação a questões como as discriminações, a(s) violência(s) ou a educação ambiental. De facto, apenas o PS, o PCP e o PAN abordam esta dimensão em três vetores distintos: a “*promoção da literacia democrática*” e a “*melhoria da qualidade da democracia*” (PS), o “*apoio a todos os mecanismos de participação estudantil*” e “*expressões do Movimento Juvenil*” (PCP) e, finalmente, a “*consagração do direito de sufrágio aos cidadãos maiores de 16 anos*” (PAN). Por outro lado, é essencial termos em conta que a codificação destas medidas não considera a sua valência. No caso específico do CH, embora tenha sido contabilizado um total de 5 medidas nesta categoria, 4 delas remetem para condicionamentos e restrições à igualdade em termos de género e religião, bem como à exclusão da Educação para a Cidadania do currículo escolar.

As questões incluídas pelos partidos nas suas propostas coincidem, parcialmente, com os principais problemas identificados no contexto nacional pelos jovens entrevistados, retratados nas Figuras 9 e 10.

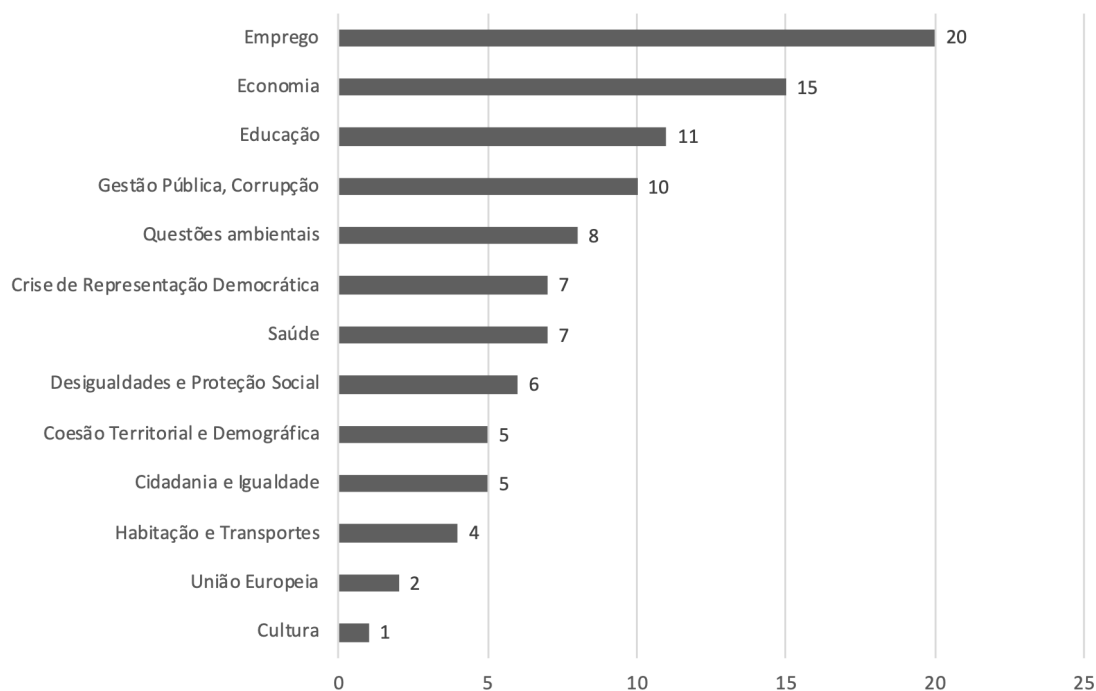


Figura 9. Saliência dos temas prioritários para os jovens (%)

Notas: Respostas à pergunta: “Olhando para o seu país, quais são os principais problemas que Portugal enfrenta hoje?”; N=323 referências

A Educação e o Emprego são as áreas sectoriais mais destacadas pelos jovens; porém, enquanto os partidos reforçam a componente da Conciliação entre o Trabalho e a Família, os jovens entrevistados mostram-se mais preocupados com a entrada no mercado de trabalho e com a qualidade do emprego, nomeadamente com a questão da precariedade laboral, especialmente salientada pelos membros de partidos mais à esquerda:

“O problema da precariedade e do desemprego, com a possibilidade de o desemprego vir ainda a aumentar, (...) a pandemia veio expor esse problema da precariedade... Essa exposição que em particular a minha geração tem, como formas ou indignas ou desprotegidas de emprego, é uma das principais preocupações.” (EP25)

“Um dos principais problemas são as questões do trabalho, particularmente da precariedade porque acho que enquanto isso não for resolvido (...), não consegue olhar para a vida a longo prazo e constituir família, (...) ter a sua independência.” (EP77)

“A questão do trabalho e da precariedade laboral, da instabilidade no trabalho, logo instabilidade na vida, (...) isto é um problema” (EP78)

A baixa qualidade do emprego surge ainda associada à necessidade de emigração e ao fenómeno de fuga de cérebros do país:

“[Um problema é] o emprego, a capacidade de absorver cérebros, as pessoas mais inteligentes ou com mais capacidades saem rapidamente de Portugal.” (EA57)

“É muito mais interessante para um jovem ir trabalhar para um outro país qualquer na Europa porque, primeiro, vai receber muito mais dinheiro, vai estar muito melhor acompanhado a nível da sua empresa e terá outras condições de futuro que em Portugal não conseguiria ter.” (EP71)

O tema da economia está também no topo das preocupações dos jovens, sendo a grande maioria das referências contextualizadas no atual cenário pandémico e na consequente recessão económica. A pandemia da COVID-19 é um tema recorrente, sendo de salientar que as referências à temática da saúde são feitas quase exclusivamente nesse contexto. De facto, embora os problemas identificados pelos jovens como mais relevantes sejam bastante diversificados, muitos deles são referidos na sua relação com a crise económica e social decorrente da pandemia:

“Nós já vivemos uma crise quando éramos crianças e acho que, apesar de tudo, nos lembramos bem que foi muito difícil para as nossas famílias e amigos tudo mais. E agora vamos viver outra num momento em que estamos a acabar os nossos cursos e mestrados e tudo o mais.” (EP21)

“Acho que o maior problema é a pandemia e os resultados catastróficos para a economia e aqui obviamente se falamos da parte da juventude, claramente a parte do desemprego jovem.” (EP72)

“Este é um vírus democrático que atinge todos, independentemente da sua condição. Isso é uma variável muito diferente de todas as outras crises. Atinge aqueles que mais têm, mas também atinge aqueles que menos têm. (...) Em particular para a nossa geração, acho que vai trazer outra vez o fantasma dos sonhos adiados.” (EP16)

De salientar que, depois do emprego e da situação económica, são as referências à má gestão pública e à corrupção que mais são sublinhadas pelos entrevistados. Podemos aqui fazer um paralelo com as referências à opacidade e descredibilização do sistema político e dos atores políticos – os jovens não só entendem isto como uma razão para o afastamento, mas identificam-no como um dos grandes problemas do país:

“Eu acho que o principal problema que o país enfrenta é uma fraquíssima gestão pública. Portanto, nós temos uma gestão pública muitíssimo má e, para além de a gestão pública ser má em termos de incompetência, é também corrupta.” (EP6)

“O primeiro é a corrupção. Sem dúvida alguma, o segundo maior problema em Portugal é a falta de visão estratégica para o país.” (EP32)

“Depois, nós não somos transparentes na nossa ação governativa. A forma como aplicamos os fundos estruturais, a má aplicação de fundos estruturais, a fraca

execução de fundos estruturais que nós temos, acho que demonstram que nós somos um país que não é transparente na sua ação política. Acho que isso também seria um problema.” (EA53)

“Depois, temos que falar da falta de transparência dos nossos políticos. Acho que isso aí é uma questão fulcral, tanto a nível nacional como ao nível local.” (EP63)

Se atentarmos nas variações decorrentes do tipo de organização a que os entrevistados pertencem – partidária ou associativa –, podemos referir que o tema Cidadania e Igualdade é aquele que revela um maior distanciamento entre os entrevistados, tendo uma saliência muito superior para os jovens no universo associativo (Figura 10).

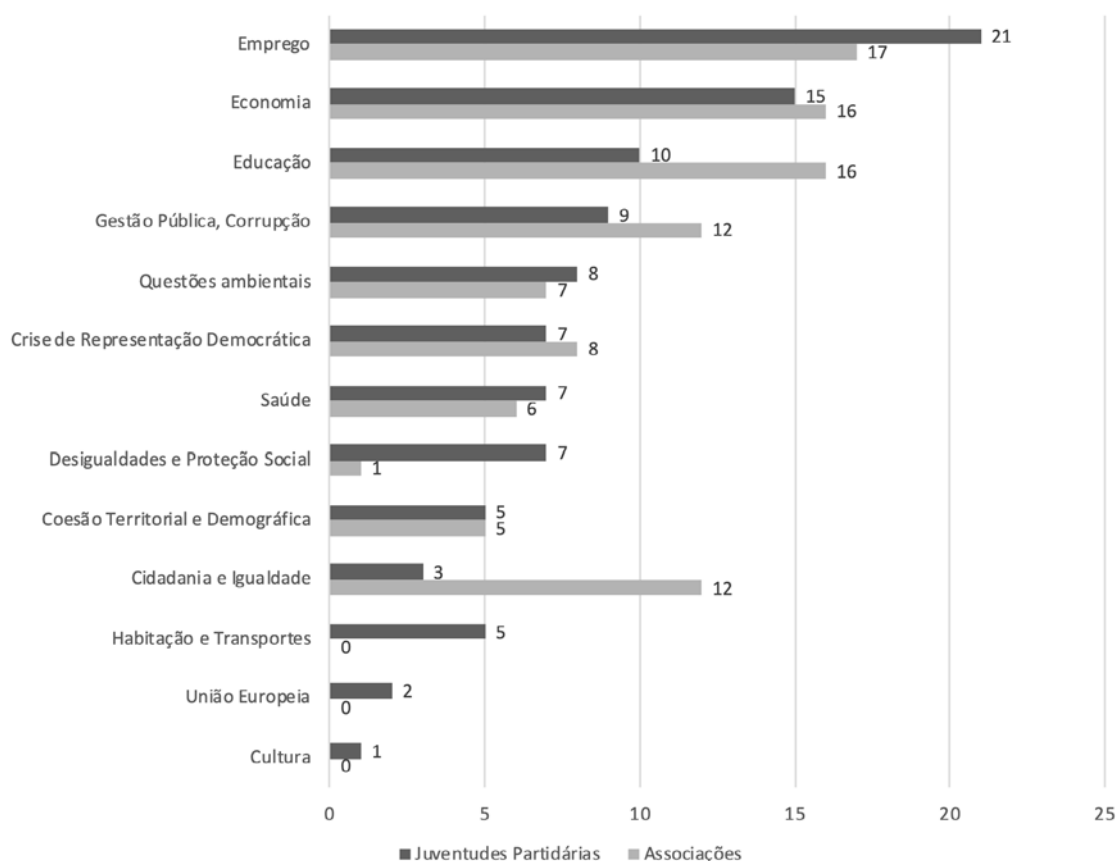


Figura 10. Saliência dos temas, por tipo de organização (%)

Notas: Respostas à pergunta: “Olhando para o seu país, quais são os principais problemas que Portugal enfrenta hoje?” (mais do que uma resposta possível)

Efetivamente, este grupo mostra-se mais preocupado com questões relacionadas com as discriminações e a proteção de minorias, “*questões mesmo da condição da dignidade humana*” (EA59), referindo casos concretos de discriminação de estudantes de origem africana ou brasileira (EA51), da comunidade cigana (EA3), o “*acolhimento*

de migrantes ou refugiados” (EA45) e, ainda, as desigualdades entre mulheres e homens, nomeadamente em termos salariais (EA29 e 30).

4.2. Aproximação aos partidos políticos

Nesta secção, pretende-se analisar a relação dos jovens militantes com as juventudes partidárias e com os partidos políticos. Tal como apresentado na Figura 11, os jovens entrevistados consideram existir uma considerável proximidade ideológica entre as juventudes partidárias e o posicionamento dos partidos políticos. É entre os partidos que têm alternado no governo que se torna visível maior afastamento entre a posição das juventudes e dos partidos, conforme percecionado pelos entrevistados. Com efeito, utilizando a tradicional escala de autopoicionamento ideológico (que varia entre 0 a 10), notamos que o posicionamento médio do Partido Socialista (4,4) tende a ser percecionado como consideravelmente mais moderado do que o da Juventude Socialista (3,07). O mesmo efeito pode ser identificado em relação à Juventude Social Democrata (6,6) e ao Partido Social Democrata (5,7). Em média, os entrevistados da Juventude Comunista tendem, pelo contrário, a considerar ser mais moderados (2) do que o Partido Comunista, que é, em geral, colocado no ponto mais à esquerda do sistema partidário.

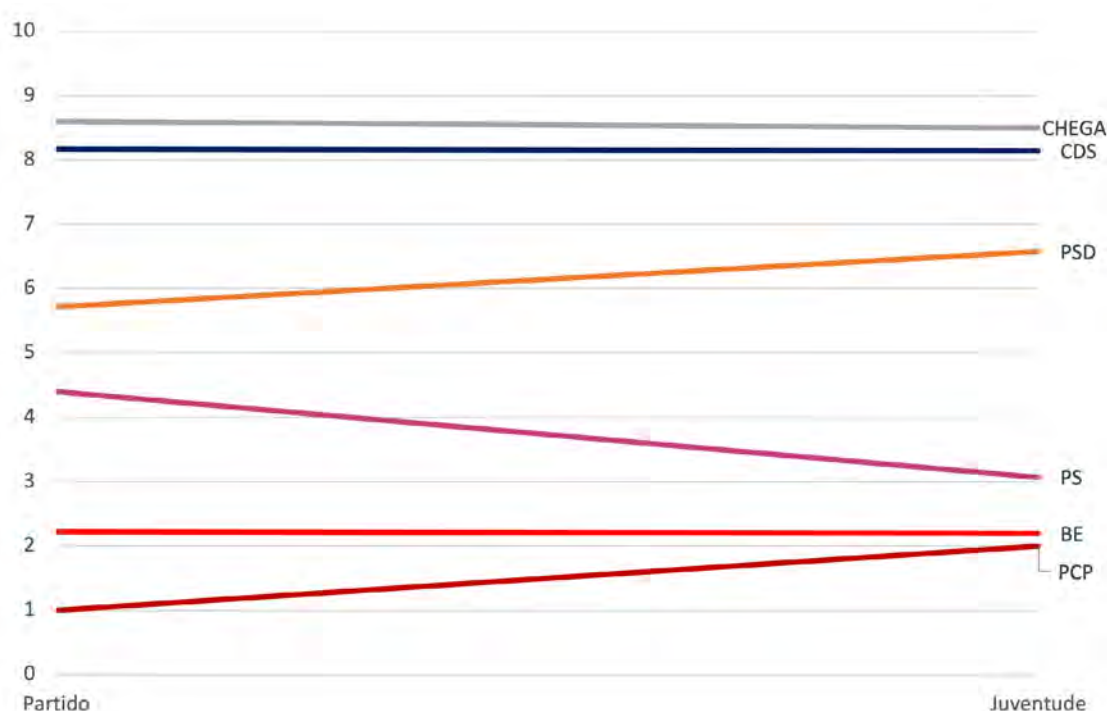


Figura 11. Posicionamento dos partidos e das juventudes partidárias, valores médios por partido

Apesar destas ligeiras diferenças percecionadas entre as juventudes e os partidos, existe uma proximidade entre estas estruturas, sugerindo que as juventudes portuguesas – à semelhança de outros contextos (Usborne, 2009) – são rebocadas

pelos partidos, estando longe da imagem de dissidência e radicalismo. Como veremos adiante, a estratégia dos partidos em conter e assegurar um “alinhamento” de causas e agenda política das juventudes em muito pode contribuir para esta imagem de proximidade.

De forma consistente, os jovens militantes do Partido Pessoas, Animais e Natureza entenderam que a medição do posicionamento ideológico utilizada era desadequada para permitir enquadrar o Partido. Tal como um dos entrevistados qualificou:

“Assim primeiro, antes de mais, o PAN não se revê nesse tipo de categorização. Ou seja, o PAN não é um partido com um rótulo político de esquerda, nem de direita. É um partido de prioridades e a prioridade do PAN é simples: é manter o equilíbrio e harmonia entre as Pessoas, Animais e Natureza. A partir daí, não há qualquer tipo de rótulo de política de esquerda ou direita.” (EP65)

Outro entrevistado acrescentou que a dificuldade em posicionar o partido decorre também de uma estratégia que admita maior margem de manobra para o desenho de propostas políticas, evitando “rótulos” (EP65), considerando que:

“Eu diria que isso é impossível porque nós não nos identificamos nessa escala. Nem eu me identifico nessa escala porque essa escala só nos diz um pequeno fragmento do que é a política e não um todo. Para além disso, esta escala pode causar entraves ideológicos à tomada de certas medidas que podem prejudicar a sociedade.” (EP63)

Considerando as motivações para a adesão às juventudes partidárias (Figura 12), a maioria dos entrevistados considera que a adesão às juventudes é uma forma de “contribuir para o desenvolvimento das ideias que apoia”.

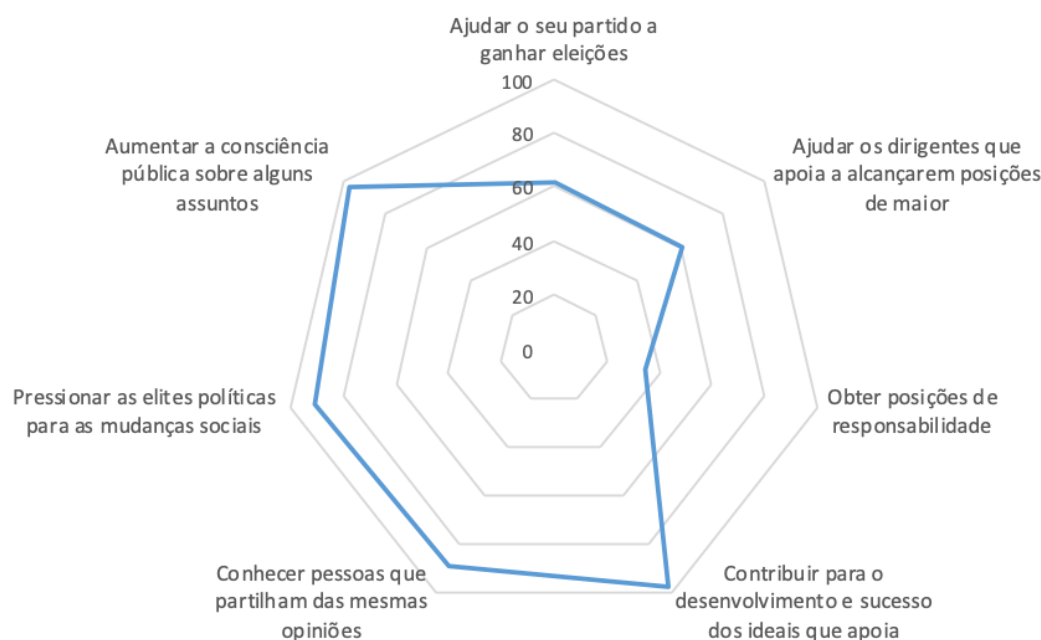


Figura 12. Motivações para a adesão às Juventudes Partidárias

Consideram, ainda, relevante “*aumentar a consciência pública de alguns assuntos*”, “*pressionar as elites para a necessidade de mudanças sociais*” e “*conhecer pessoas que partilham das mesmas opiniões*”. Entre os jovens militantes, é menos consensual a ideia da pertença às juventudes partidárias como uma estratégia para “*obter posições de responsabilidade*” ou para “*ajudar os partidos a vencer eleições*”.

Embora não pareçam existir diferenças consideráveis entre os partidos, estas tornam-se sobretudo visíveis quando comparamos as juventudes partidárias autónomas dos partidos e os partidos sem estruturas autónomas, como apresentado na Figura 13. Em particular, é entre os jovens militantes dos partidos políticos que não têm estruturas autónomas que mais surgem motivações eleitorais para a adesão às juventudes. Com efeito, destacam-se as referências à vontade de “*ajudar o partido a vencer eleições*” e à determinação em “*ajudar os dirigentes a alcançar posições de maior responsabilidade*”. A motivação menos referida pelos entrevistados reporta-se à vontade de “*obter posições de responsabilidade*”, com esta perceção a ser relativamente mais saliente entre os membros de partidos com estruturas autónomas. Comparativamente, é entre os entrevistados da Juventude Popular que esta motivação se torna mais saliente.

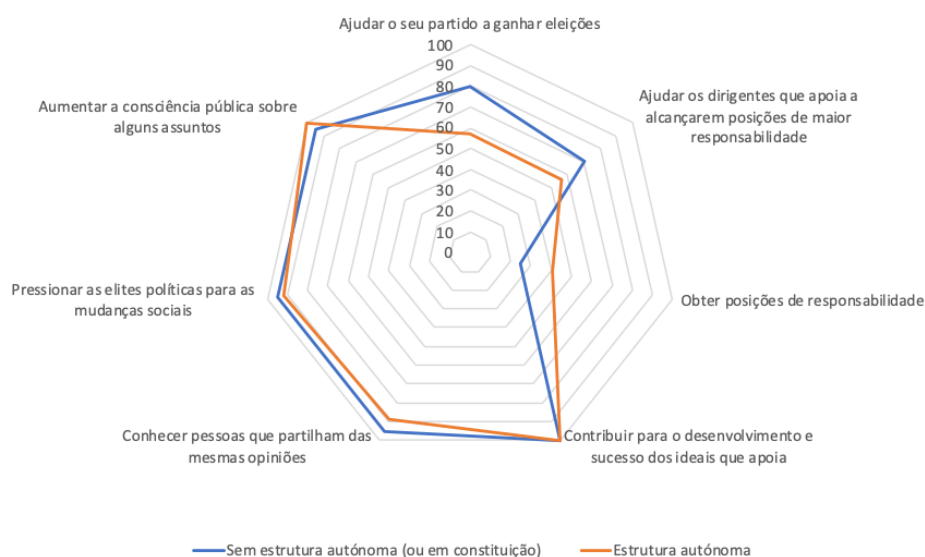


Figura 13. Motivações para adesão à juventude partidária, por tipo de estrutura de juventude partidária (%)

Embora a investigação existente sobre recrutamento parlamentar em Portugal tenda a sugerir o peso considerável das juventudes na formação da elite política em Portugal (Freire, 2001, p. 138), o exercício de cargos políticos e partidários não parece ser uma motivação relevante para a adesão às juventudes, segundo os nossos entrevistados. Além disso, como veremos adiante, é possível que a experiência nas estruturas partidárias possa gerar desmotivação em relação às atividades dos partidos, motivando um “*elevado nível de desistência, em relação à militância e à elite destas organizações*”, identificado desde as primeiras décadas de democracia em Portugal (Cruz, 1990, p. 225).

Não existem diferenças consideráveis entre os entrevistados quanto à forma como perspetivam o papel das juventudes partidárias como: i) espaços onde podem ser ouvidos, onde podem debater e discutir assuntos relevantes para o partido, ii) espaços que proporcionam a vivência democrática, iii) espaços de socialização e onde os jovens podem conhecer pessoas com ideias ou objetivos semelhantes – à semelhança do reportado em outros estudos internacionais (Berry, 2008: 370).

4.3. Objetivos das Juventudes Partidárias

As juventudes partidárias assumem objetivos próprios dentro dos partidos políticos. De acordo com os estatutos, os partidos tendem a considerar estas estruturas autónomas como uma forma de obter o *input* dos jovens nas políticas anunciadas e, potencialmente, nos programas eleitorais. Conforme se apresenta no Quadro 2, à exceção da Juventude Popular, todos os partidos assumem que estas estruturas autónomas se dedicam quer à representação dos interesses particulares dos jovens, considerando as áreas temáticas relevantes para este grupo etário, quer assumindo o papel das juventudes partidárias na integração e no ativismo dos jovens militantes

dos partidos. A Juventude Popular surge como um caso excepcional neste contexto. Com efeito, a JP assume o papel de participação ativa ao nível local, nacional e internacional, com a possibilidade de influenciar a produção legislativa nacional.

Juventude		Objetivos (os dois principais objetivos das Juventudes)
PS	Juventude Socialista (JS)	Correção das desigualdades sociais A formação, participação e representação política dos jovens portugueses
PSD	Juventude Social Democrata (JSD)	Fiscalizar o exercício do poder público, particularmente nas matérias mais relevantes para a condição de vida e realização dos jovens Contribuir para a educação cívica e a formação política da juventude portuguesa, defender os seus legítimos direitos e promover a sua representação
PCP	Juventude Comunista Portuguesa (JCP)	Esclarecer, unir, organizar e mobilizar os jovens na luta pelos seus direitos e aspirações, pelos interesses dos trabalhadores, do povo e do país, pela liberdade, a democracia, a independência nacional, a paz, o socialismo e o comunismo Desenvolvimento do movimento das lutas juvenis, como a organização revolucionária da juventude
CDS-PP	Juventude Popular (JP)	Participar ativamente na política local, nacional e internacional Participar e influenciar a produção legislativa nacional, de acordo com o seu programa
BE	Coordenadora Nacional de Jovens (CNJ)	Integração e potenciação do ativismo dos novos militantes jovens Alimentar uma agenda e uma cultura de um Bloco irreverente e anticapitalista

Quadro 2. Objetivos das juventudes (de acordo com os estatutos dos partidos)

Vale a pena, contudo, analisar a forma como os jovens participantes neste estudo consideram que a estrutura autónoma a que pertencem consegue cumprir os objetivos definidos nos estatutos. Embora a larga maioria considere que as juventudes partidárias cumprem os seus objetivos (85,7%), um grupo de participantes tende a apresentar uma visão mais crítica. Cerca de 14% dos entrevistados consideram que as Juventudes não cumprem estes objetivos, uma perspetiva que tende a surgir maioritariamente entre os membros da JSD e da JS, tal como apresentado na Figura 14.

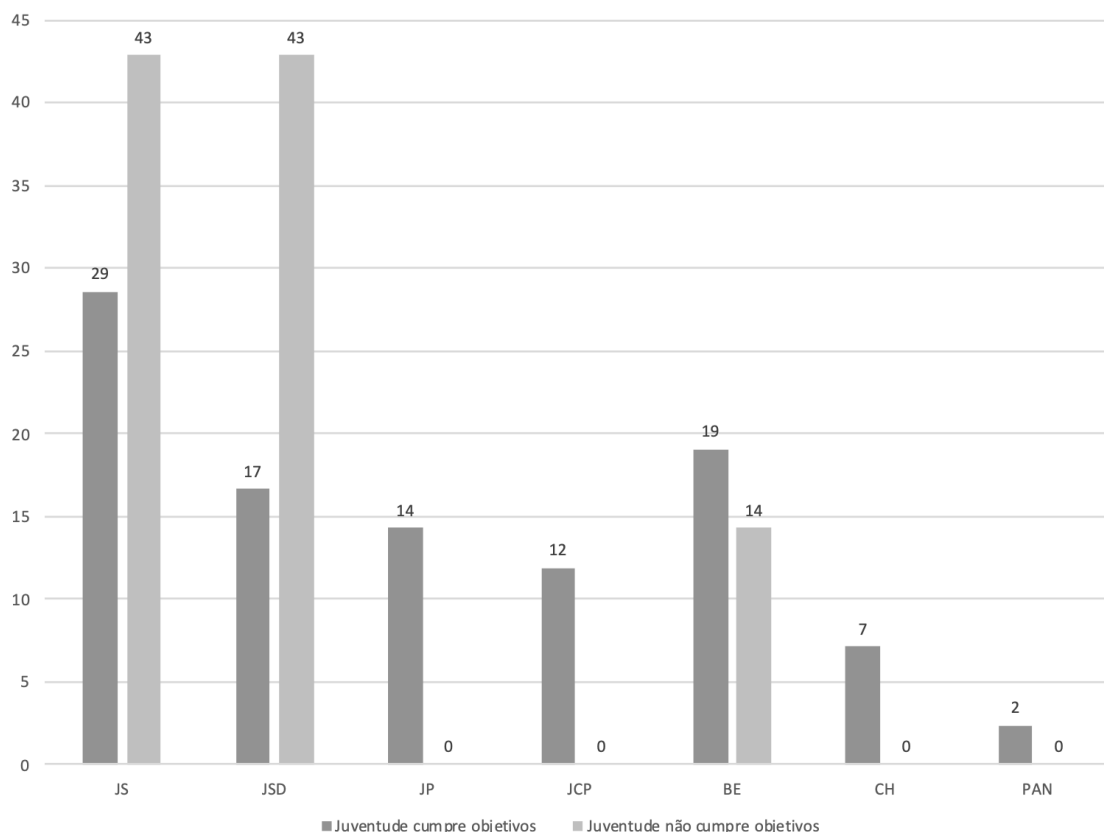


Figura 14. Capacidade das Juventudes Partidárias em cumprir os seus objetivos, %

Notas: Respostas à questão: “Em que medida considera que a Juventude [x] cumpre os seus objetivos?” N=49

No caso da Juventude Socialista, a perspetiva dos entrevistados sugere a necessidade de identificação clara dos jovens que se incluem nas juventudes partidárias, considerando ser necessário ultrapassar a ideia de que os jovens que se envolvem nos partidos fazem parte de uma elite instruída que formam um clube exclusivo. Nas palavras de um jovem militante:

“Eu acho que nós não estamos a cumprir o nosso objetivo quando nós só falamos para uma parte dos jovens e não falamos para os jovens todos. Nós, quando falamos, falamos para os jovens que têm o ensino superior, têm um emprego do ensino superior, são engenheiros, são advogados... e que nos esquecemos daqueles jovens que, como dizia há bocado, que terminando o décimo segundo ano ou que não conseguem o décimo segundo ano por questões financeiras ou mesmo porque não querem. E nos esquecemos desses jovens. Acho que o nosso objetivo não se cumpre e é precisamente porque nós temos de falar para todos os jovens. Eu acho que nenhuma juventude partidária fala para todos os jovens. Acho que nenhuma juventude partidária pode dizer que o seu trabalho está feito.” (EPO7)

Outro jovem militante socialista apresentou uma perspetiva similar:

“A Juventude Socialista não pode ser a voz do PS para os jovens, tem que ser a voz dos jovens para o PS. É uma coisa bastante diferente. Ou seja, o PS é que tem que

se preocupar em chegar ao máximo de jovens possível, não é a JS que tem que se preocupar em transmitir as preocupações dos mais jovens no seio do PS para que elas não sejam esquecidas, porque, em última análise, quem tem a possibilidade de resolver os problemas é mesmo o Partido Socialista” (EP28)

Para além da forma como os partidos encaram os jovens, como uma entidade homogénea, também a centralização dos partidos e a concentração dos centros de poder em Lisboa tende a limitar a capacidade de influência dos jovens dentro dos partidos. Tal como um militante Social Democrata esclareceu:

“Infelizmente, a verdade é que a maioria nem sempre são apetrechados dos melhores recursos as pessoas não têm o tempo necessário... As pessoas acham que está tudo carregado de dinheiro. Não é verdade. Depois, estão sujeitas às suas vidas. Vou dar um exemplo: um jovem do interior do país que tenha de ir estudar para Lisboa, mas que tem interesse político e até que faça parte de uma organização política, que faça parte da JSD de uma organização do interior e que acaba por ir estudar para Lisboa ou para o Porto, tendencialmente não vai conseguir acompanhar como eu, que vivo em Odivelas e que estudo a dez quilómetros e passo o meu dia-a-dia ali. Eu consigo influenciar muito mais e consigo promover muito mais o cumprimento dos objetivos de participação e atrair pessoas.” (EP47)

Por fim, um militante do BE admitiu que, para que as estruturas representativas dos jovens nos partidos possam cumprir os seus objetivos, têm de modificar a forma como encaram os contributos e as preocupações dos jovens. No seu entender:

“...eu acho que a principal falha é, se calhar, às vezes não recebermos os jovens. Mas eu acho que isso é uma questão estrutural do Bloco, não só nos jovens. Quando uma pessoa chegou ou começa a aparecer aos eventos ou até se inscreve, acho que não há logo uma estrutura que o receba e diga: ‘Então quais são os seus interesses? Temos isto, podes participar nisto...’. Eu acho que não é uma coisa só de jovens. Eu acho que é de jovens e do resto das pessoas do BE.” (EP02)

Vale a pena destacar como as juventudes partidárias multiplicam as suas iniciativas direcionadas aos jovens. Considerando a informação disponível nos *websites* dos partidos ou das juventudes partidárias, foi possível identificar as suas estratégias formais que podem incluir as redes sociais, presença *online*, ou outras estratégias que requerem contactos pontuais com os jovens. Neste último caso, consideramos a existência de periódicos ou de programas de formação especificamente direcionados aos jovens. Tal como se apresenta no Quadro 3, à exceção do PAN, todos os partidos tiram partido das redes sociais. Apenas as estruturas formalmente reconhecidas nos estatutos dos partidos têm também presença *online*, em *websites* especificamente dedicados à juventude. Da mesma forma, estes tendem a ser as juventudes que têm, também periódicos. Apenas a Juventude Popular não tem nenhum canal de imprensa oficial. Por fim, as juventudes partidárias são responsáveis por programas de formação ou outras iniciativas dedicadas aos jovens militantes. Neste caso, apenas a JS não organiza estes programas de forma regular. No caso do PAN, dada a faixa etária pensada para os “Companheiros de Causas”, compreende-se a ausência destas estratégias específicas.

Partido	JS	JP	JSD	JCP	CNJ	CH	IL	PAN
Website dedicado	X	X	X	X				-
Redes sociais	X	X	X	X	X	X	X	-
Jornais/periódicos	Jovem Socialista		Revista: Quórum	Agit	“Pão e Cravos” – Jornal dos Jovens do Bloco			-
Programas de formação		Escola de Quadros Atribuição de prémios anuais a membros da JP como reconhecimento do seu trabalho, colaboração	Escola de Verão Universidade Europa Universidade do Poder Local	Concurso de Bandas	Acampamento Liberdade (Formação política, festas, workshops, debates) Inconformação (Formação política e debates)	Academia Política do Chega	Youngouts – encontros liberais aberto a todos	-

Quadro 3. Estratégias de mobilização formais das Juventudes Partidárias

É, contudo, relevante destacar como os entrevistados não se reportaram a estes canais oficiais dos partidos. Como notam Ryan e Bernard (2003), os indivíduos tendem a repetir as ideias ou os temas que têm maior significado para si. Os tópicos que “*ocorrem e recorrem*” tornam-se temas que têm maior importância para o entrevistado. Ora, quando questionados sobre as principais estratégias usadas pelos partidos para atrair os jovens, a maior parte das referências reporta-se à orientação do discurso dos partidos para as causas que mobilizam os jovens, como apresentado na Figura 15.

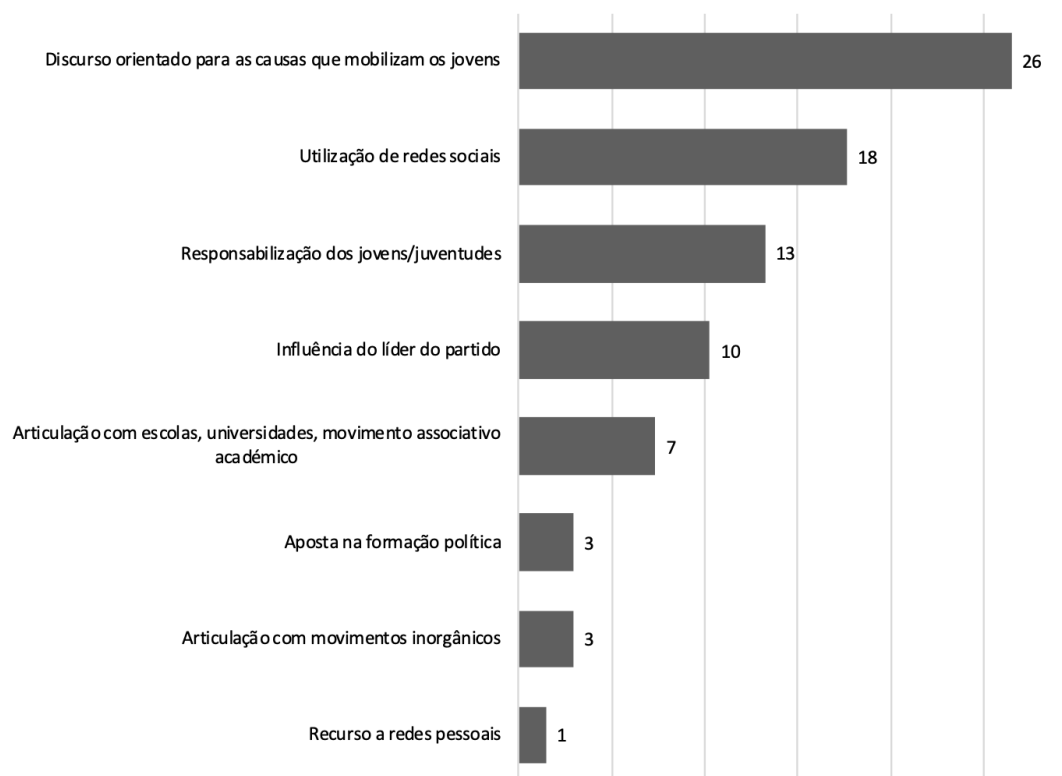


Figura 15. Estratégias utilizadas pelos partidos para mobilizar os jovens

(% de total de referências) N=68

A estratégia de colocar “os jovens no centro da agenda política” (EP21) é transversal a todos os partidos. Tal permite-lhes criar a imagem de um “partido que defende os jovens” (EP27), direcionando os discursos “para as dificuldades que os jovens têm” (EP31). Tal como um entrevistado esclarece:

“O BE faz de uma maneira eficaz, através da coordenação das suas lutas sociais vai tentando encontrar os jovens. Vai encontrando temas que são causas dos jovens, como a greve climática ou a luta feminista. E vai tentando através desses temas fazer com que os jovens que já estão interessados se interessem também por outros temas de luta social. Por exemplo, quem se interessa pelo feminismo facilmente deverá interessar-se também na luta LGBT, por ambientalismo e pela greve climática, também se interessará pela distribuição de riqueza de uma maneira mais igualitária.” (EP05)

A utilização das redes sociais é, globalmente, vista como uma estratégia de comunicação essencial para assegurar a comunicação eficaz com os jovens.

“Acredito que temos de procurar utilizar melhor as redes sociais para captar o interesse dos homens. Nós sentimos um interesse de algumas causas, que os jovens se mobilizam para algumas causas nas redes sociais. Portanto, penso que pode ser um caminho de aproximação, mobilização dos jovens para a causa política, procurando o melhor que há nas redes sociais. Tenho algum otimismo, também tenho algum pessimismo face às redes sociais, mas acho que é possível descobrir um caminho que faça com que as redes sociais ajudem os jovens a participar mais na política.” (EP01)

A utilização das redes sociais depende não só da atividade das juventudes partidárias, mas também da capacidade de envolvimento dos seguidores por parte dos detentores de cargos políticos. Como um entrevistado esclareceu:

“Acho que acho uma coisa que eles fizeram resultou bem para a classe mais jovem e adulta; foi a questão de terem lançado um podcast, ou seja, começarem a estar nas redes sociais, e a manterem uma presença mais contínua e sistemática nas redes sociais e isso foi positivo. Acho que isso foi uma aproximação geracional. Depois, acho que o facto de alguns deputados jovens que estão no Partido Socialista, mas que também pertencem à Juventude Socialista, terem desenvolvido atividades e iniciativas nas suas redes sociais nas suas contas, do género: Orçamento do Estado, o querem que eu pergunte?; ou “perguntas que vocês queiram que eu faça aos ministros” e eles selecionavam as perguntas que obviamente não eram todas. Mas isso já é um meio de comunicação mais facilitado e mais próximo dos jovens.” (EP04)

A terceira estratégia mais mencionada pelos entrevistados reporta-se à responsabilização e atribuição de poder às juventudes partidárias, para que possam desenvolver as atividades necessárias para apelar aos jovens. Como um entrevistado esclareceu:

“Eu acho que isso tem sido feito de uma maneira muito inteligente: pôr essa responsabilidade na mão dos jovens que já lá estão. Ou seja, dar todo o apoio logístico e de pensamento aos jovens que já estão a fazer parte dessas estruturas. Dar-lhes todo

o apoio para que eles consigam desenvolver atividades que chamem mais jovens e que, depois, esses jovens que chegam se integrem. É uma abordagem muito inteligente e que funciona. Claro que tem uma desvantagem que parece que as pessoas mais velhas chutam as coisas dos jovens só para os jovens. (EP02)

Esta estratégia para mobilização dos jovens inclui, também, a atribuição de posições de relevo, tanto considerando cargos eleitos (EP20), como posições nas estruturas de direção dos partidos, “*inserir[ndo] jovens dentro da estrutura de decisão*” (EP27). A título de exemplo, um dos entrevistados referia-se à importância destas estratégias da seguinte forma:

“Hoje os jovens querem fazer e, portanto, é trazer-lhes a responsabilidade e atribuir-lhes a responsabilidade para eles fazerem, concretizarem algumas coisas, por exemplo terem uma participação efetiva nas políticas que são pensadas e discutidas dentro dos próprios partidos políticos, sentirem que são um contributo efetivo um contributo vinculativo até para os partidos, mas dar-lhes mais responsabilidade”. (EP16)

Embora se trate de uma estratégia saliente globalmente, não se trata de uma estratégia mencionada pelos entrevistados da JP e da JCP. Pelo contrário, esta estratégia é particularmente relevante entre os jovens militantes de novos partidos, que destacam a importância das posições internas no partido, que permita aos jovens ter voz, ainda que sem a formalização da autonomia das estruturas das juventudes partidárias. Tome-se, a título de exemplo, a reflexão de um militante do CH:

O partido adicionou um membro à direção nacional que está encarregue simplesmente da juventude. O trabalho dessa pessoa na direção nacional é tratar da juventude. Portanto, eles querem andar com o processo. Já nos disseram isto. (...) Que nasce uma juventude com uma boa estrutura.” (EP62)

Uma quarta estratégia interrelacionada reporta-se à relevância do líder do partido. Trata-se de uma preocupação claramente mobilizada pelos jovens da Juventude Popular, com claras referências ao percurso de Francisco Rodrigues dos Santos na liderança do CDS-PP, atribuindo-lhe a responsabilidade pelo aumento do interesse dos jovens pelo partido. A sua eleição interna tende a ser vista como “*uma coisa inevitável para dar um sinal aos jovens, em eleger um líder mais jovem do país*” (EP11), acrescentando uma ponte relevante entre a JP e as estruturas de direção do partido (EP06).

Embora menos salientes, os entrevistados consideraram também ser fundamental marcar presença nos espaços fundamentais para os jovens, como as escolas ou instituições de ensino superior. Aqui, é igualmente referida a necessidade de articulação com os movimentos associativos ali existentes:

“Uma preocupação da JSD é saber quem são sempre os presidentes das associações de estudantes e todas as instituições educativas de Portugal, de ensino secundário e ensino superior. Com base nisso, contactá-los a todos, seja a estrutura nacional, sejam as distritais ou locais e criar relação, falar com as pessoas, receber os inputs das

“pessoas para, depois, nas nossas posições políticas podermos falar da situação A ou B que nos foi transmitida.” (EP01)

Foi, ainda, referida a importância da aproximação a movimentos inorgânicos, que permite que “*as juventudes partidárias e os partidos*” tenham “*uma maior proximidade com esses movimentos no sentido de incorporar também nas suas agendas*”. Esta ligação permite que os “*partidos também incorporem na sua agenda estas questões*” e “*isso também permitiu que as pessoas olhassem para os partidos e para as agendas dos partidos também como uma coisa aberta e flexível que está disponível a incorporar, a qualquer momento, as questões que a sociedade civil e as pessoas da sociedade civil queiram trazer para o espaço mediático*” (EP16).

Há algumas variações entre partidos que vale a pena considerar, tal como se dispõe na Tabela 3.

	JS	JSD	JP	JCP	BE	CH	IL	PAN
Aposta na formação política					8	14		
Articulação com escolas, universidades, movimento associativo académico	8	17		17	8			
Articulação com movimentos inorgânicos	8				8			
Responsabilização dos jovens/juventudes	8	25			17	14	33	17
Discurso orientado para as causas que mobilizam os jovens	17	8	30	50	33	14	33	50
Influência do líder do partido	8		60					
Utilização de redes sociais	25	17		33	17	14		33
Recurso a redes pessoais		8						
Não mobiliza eficazmente	25	25	10		8	43	33	

Tabela 3. Estratégias utilizadas pelos partidos para mobilizar os jovens, por Juventude Partidária (%)

Tal como se apresenta, são os novos partidos (BE e CH) que apostam na formação política, enquanto os partidos *mainstream* optam por assegurar a articulação com outros agentes de socialização relevantes como as escolas e o ensino superior (JS; PCP; JSD). À exceção da JP e da JCP, todas as juventudes mencionam que a estratégia com melhores resultados para mobilizar os jovens passa por colocar essa tarefa nas mãos das juventudes partidárias. A influência do líder do partido como agente mobilizador dos jovens é referida apenas pelos jovens da Juventude Socialista e da Juventude Popular. Enquanto, no primeiro caso, tal pode ser um reflexo da centralidade do líder do partido, que ocupa, em 2020, o cargo de primeiro-ministro, no caso da Juventude Popular é um reflexo da eleição de Francisco Rodrigues dos Santos, como líder do CDS-PP, desde 2019. A eleição de um jovem militante da Juventude Popular para a liderança do partido é claramente relevante para os membros da JP, que veem nesta eleição não só a possibilidade renovada do reforço das fileiras jovens do partido, mas também², como veremos adiante, a importância do exercício de posições de relevo

² A revista *Forbes* atribui a Francisco Rodrigues dos Santos o crescimento dos membros filiados do partido (para cerca de 20.000), bem como o aumento do exercício de cargos eleitos por membros da Juventude Popular.

para assegurar a importância da Juventude Partidária na definição das prioridades do partido.

Embora os jovens militantes tenham identificado diferentes estratégias utilizadas pelos partidos para mobilizar os jovens, 17,6% das referências dos entrevistados consideram que os partidos têm sido ineficazes nas suas estratégias de mobilização dos jovens. Esta percepção é partilhada pelos militantes de diferentes partidos, como se apresenta na Figura 16, embora se trate de uma visão menos frequente entre os militantes da IL e da JP. Pelo contrário, é uma percepção mais articulada pelos entrevistados do CH.

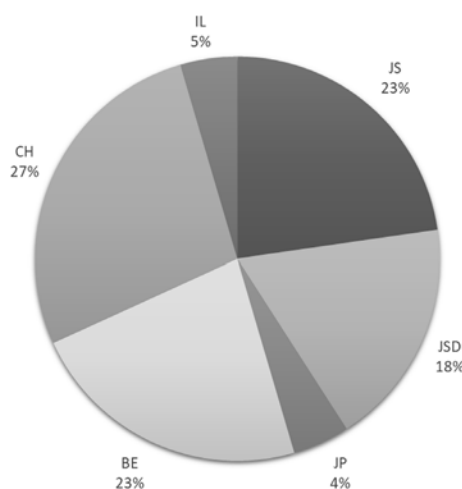


Figura 16. Referências à incapacidade de mobilização dos jovens pelos partidos políticos

Nota: Referências às dificuldades das direções dos partidos em mobilizar os militantes mais jovens dos partidos. Número total de referências identificadas: 22.

Vários motivos foram apresentados para tornar clara a percepção de ineficácia dos partidos. Os militantes do PS e do PSD sugerem ser difícil para os partidos que têm discursos institucionalizados conseguir atrair um público mais jovem. Com efeito,

“O PS é um partido muito institucional e é normal porque é um dos partidos mais antigos e é das críticas que mais faço ao PS. Mas é um partido muito antigo, é um partido com muita história. É um partido que alberga pessoas da minha idade, que alberga pessoas com 80 anos e que alberga pessoas de 50 anos, então é normal que tenha dificuldade em estabelecer uma comunicação que chegue a toda a gente.” (EP07)

Outro entrevistado acrescentou que:

“...aquilo que eu entendo é que os partidos, neste momento, não estão suficientemente abertos à sociedade para que as pessoas sintam que possam contribuir sem serem julgadas por isso e que possam ter os seus anseios, os seus problemas ouvidos. Portanto, acho que os partidos não estão a fazer este trabalho. Na maioria, obviamente não são todos, mas acredito que a maioria deles não façam esse trabalho.” (EP24)

Esta dificuldade de mobilização foi, igualmente, destacada pelos militantes do Bloco de Esquerda. Neste caso, os militantes esclarecem que, embora a mobilização dos jovens seja uma preocupação comum aos partidos, tal não se converte em estratégias direcionadas especificamente à atração dos jovens. Para os entrevistados, a incapacidade de atribuir lugares de destaque aos elementos mais jovens dos partidos é um sinal claro da dificuldade dos partidos em incluir a visão dos jovens, atribuindo-lhes poder interno nas estruturas dos partidos e na candidatura ao exercício de cargos eleitos. Um militante do BE clarificou que:

“Nós temos é uma sensibilidade que basicamente nos diz que a participação dos jovens é importante e deve ser aumentada. E o BE fará o seu contributo para isso, a participar, a estar ao lado daquilo que são as preocupações dos jovens (...). Agora, se isso é uma estratégia formalizada, acho que não! É uma postura geral, uma sensibilidade, que este é um tema importante e que deve ser e que deve ser aprofundado, mas não, eu acho que não é uma estratégia deliberada delineada formalizada para fomentar a participação (...) O que eu vejo é não-renovação de quadros, são sempre as mesmas pessoas, são sempre as mesmas (...). Porque, em termos de visibilidade, eu não vejo uma preocupação muito grande em colocar os jovens em lugares cimeiros das listas ou como candidatos autárquicos.” (EP18)

Entre os partidos mais recentes, surge também uma perspetiva muito crítica em relação ao papel das juventudes partidárias e a forma como as estruturas dos partidos as envolvem na definição de estratégias para os jovens. Um militante do CH refere também que:

“Sinceramente [o Partido] tem descurado bastante os jovens. Também é uma luta que nós temos. Estão muito focados com o curto prazo e não estão focados no médio e longo prazo. Portanto, também é uma coisa que nós já temos a consciência de nos preocupar.” (EP14)

Um elemento do Núcleo de Jovens da Iniciativa Liberal assumiu existir uma instrumentalização das estruturas autónomas dos partidos, de acordo com os ciclos eleitorais:

“Uma organização partidária jovem preparada e que fica num canto não faz sentido e até é contraproducente. E, muitas vezes, do que eu vejo de amigos meus a falarem e a reclamarem, ou seja, os jovens só são usados para abanar bandeiras. Ou seja, a Jota está ali e não serve para nada, não participa em nada. Quando se aproximam as eleições, são úteis para abanar bandeiras, estão muito integrados no abanar de bandeiras. Acaba a eleição, volta tudo ao mesmo. E nesse sentido não fazem sentido as juventudes partidárias.” (EP27)

A visão crítica das estratégias de mobilização utilizadas pelos partidos surge, também, pela voz dos membros dirigentes das associações. Como expresso por um entrevistado:

“...porque, se nós continuarmos a passar a mensagem de que só podes ser eleito se fizeres parte de um partido, só vamos conseguir apelar às pessoas que querem ser

eleitas e fazerem parte do partido. E há uma grande parte de pessoas que não têm interesse nenhum em ser eleitas para um cargo. Portanto, tem que conseguir passar essa mensagem clara e tem que conseguir também modernizar a sua estrutura, que não muda desde 25 de Abril”. (EA23)

“Quero dizer primeiro que eu acho que a existência de juventudes partidárias parece-me uma discriminação pouco positiva dos jovens no seio dos partidos. Parece que é dizer ‘Ok vocês podem participar, mas vão lá aprender que ainda não estão preparados’ certo, nós não estamos preparados, mas também porque é injusto, nós esperamos que o contributo de um jovem seja o mesmo ou esteja ao mesmo nível de uma pessoa com o dobro da nossa idade.” (EA23)

“Isso mostra que os partidos são bolhas fechadas dentro de si. Naturalmente que percebo, um partido é um conjunto de pessoas que partilham daquele ideal e que decidiram militar, inclusive, naquele partido agora, nem todos os momentos de discussão e auscultação têm que ser internos. Muitos deles devem ser externos, principalmente quando os temas que estão a debater dizem respeito a uma comunidade muito mais alargada do que aquela em termos de partido. Estas três formas: eliminar as juventudes partidárias porque parece-me que são um fator de discriminação ou de desvalorização da opinião dos jovens; mudar o paradigma dentro da discussão dos partidos e perceber que os jovens podem ter uma participação em todas as matérias, será essa para uma participação de jovem e não pessoa que já tem experiência de vida maior; e criar mais momentos da auscultação para pessoas externas ao partido.” (EA23)

Assim, embora as juventudes partidárias sejam formalmente vistas como um canal oficial para veicular a orientação dos partidos em relação aos jovens, os entrevistados sublinham também a instrumentalização destas estruturas autónomas dos partidos. Assim, assumem um potencial papel relevante considerando os ciclos eleitorais, sem que sejam encaradas como uma esfera de influência relevante nas estruturas e prioridades do partido.

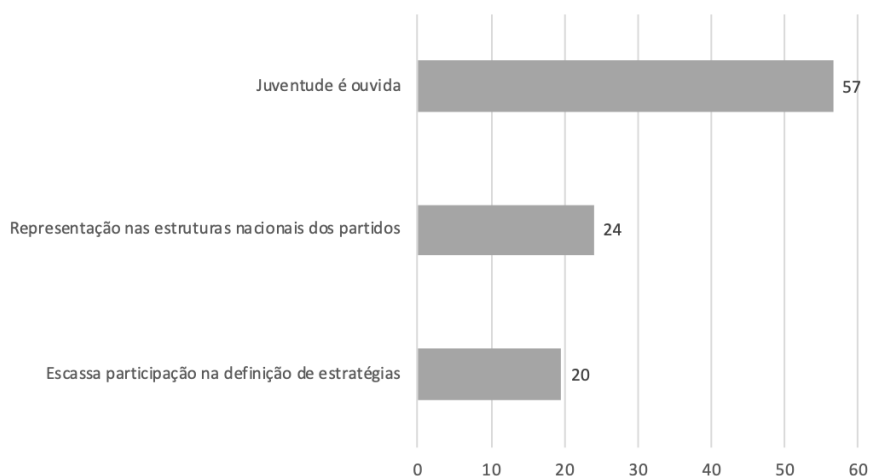


Figura 17. Papel da juventude na definição das estratégias de mobilização dos jovens, %

Nota: Respostas à questão “A juventude partidária é chamada a participar na definição de estratégias de mobilização dos mais jovens pela direção do partido?”. N=46

Tal reflete-se, também, no envolvimento dos jovens na definição de estratégias de mobilização das novas gerações. A Figura 17 apresenta a perspectiva dos entrevistados em relação à abertura dos partidos a uma intervenção clara das Juventudes na definição destas estratégias.

Para a maioria dos entrevistados (57%) as Juventudes são ouvidas na definição de estratégias. Para 24% dos entrevistados, as juventudes partidárias participam na definição de estratégias, na medida em que têm assento obrigatório nas estruturas de direção nacionais dos partidos. Contudo, para cerca de 20%, as juventudes partidárias têm apenas uma participação escassa nestes processos. Na perspectiva de um entrevistado:

“Podiam olhar-nos mais como pessoas sérias que estão aqui para falar de certos problemas que têm as suas opiniões, e boas opiniões, do que olharem-nos como staff, como pessoas ambiciosas que lhes querem tirar o lugar. Porque não é, não é nada disso. Acho que falta muito esta articulação e, lá está, essa articulação está a ser melhorada a cada dia que passa, mas não chega.” (EP08)

A existência de fações internas é, também, apontada como uma justificação para a dificuldade dos partidos em incluir a visão dos jovens. No entender de um militante:

“...o PSD dar mais liberdade e haver se calhar mais ligações entre o PSD e a JSD. Só que isso acaba por não acontecer por motivos que são simplesmente internos, de guerras internas, e depois quem perde com isso são, se calhar, os jovens. Os militantes de base da JSD e por aí fora porque não se apercebem do que é que se passa. Mas não acontecem certas coisas porque há guerrinhas entre uns e outros. Quer no PSD quer na JSD, mas isso também vai haver sempre.” (EP20)

“Eu acho que estão demasiado focados no quintal deles. Que eles é que sabem tudo e os mais jovens não sabem nada e volto a dizer que, se houvesse aqui uma junção das duas gerações, nós mais irreverentes, eles com a sabedoria do passado e o que já passaram. Acho que poderia ser bastante bom para os dois lados. Mas, lá está, falta muito o querer ouvir a JSD.” (EP20)

“...acho que começou a existir esta perceção de que os jovens não estão interessados em estar nestas estruturas. No entanto, estas estruturas fazem falta e têm que existir porque é a única forma de existir pluralidade de opiniões. No entanto, não podemos deixar de os ouvir e escutar, ainda que seja onde eles se unem em associações, onde eles se unem em movimentos. Agora não há propriamente a preocupação neste momento de “como é que vamos buscar mais jovens, como é que os trazemos para o partido”. Eu não sinto isso.” (EP68)

Assim, embora os entrevistados sublinhem a importância das juventudes partidárias, reconhecem também a difícil relação interna com a direção do partido, sobretudo devido à subvalorização dos seus jovens, seja no debate de políticas internas, seja na inclusão em lugares relevantes, nomeadamente em posições elegíveis em listas candidatas a eleições (Mycock & Tonge, 2011: 6; Raisford, 2018: 785). É a esta

dinâmica da relação das Juventudes partidárias com os mecanismos de seleção de candidatos que nos dedicamos na secção seguinte.

4.4. Juventudes Partidárias e a seleção de candidatos

“É uma guerra. A composição de listas é uma guerra.” (EP40)

À **semelhança** do que ocorre na maioria das democracias ocidentais, as elites políticas portuguesas, nomeadamente os representantes parlamentares, são constituídas maioritariamente por indivíduos com um perfil etário de meia-idade, refletindo, naturalmente, a composição das listas candidatas (Teixeira, 2009; Lisi e Cancela, 2019). Efetivamente, a sub-representação das gerações mais novas (18-35 anos) continua a ser prevalente em órgãos de soberania como a Assembleia da República vindo, aliás, a acentuar-se desde 2009, em particular nos casos do PCP e do CDS-PP (Lisi, 2018).

Para além de constituir um instrumento de mobilização política, a inclusão das juventudes partidárias nos processos de seleção de candidatos pode ainda comportar outro tipo de objetivos, tal como a participação destes aparelhos nas campanhas eleitorais e, ainda, o rejuvenescimento das listas de candidatos e a representação dos interesses e prioridades dos mais jovens (Teixeira, 2009: 614-615). Assim, a inclusão de militantes das juventudes nas listas funciona tanto como mecanismo de aproximação do partido à sua juventude partidária, como permite transmitir uma imagem de abertura e modernização ao seu eleitorado. É, contudo, de sublinhar que, quando incluídos, os jovens tendem a não ser remetidos para lugares na “zona cinzenta” da elegibilidade ou mesmo para lugares não-elegíveis. A inclusão e a posição nas listas **estão**, de facto, sujeitas a mecanismos informais de seleção (Helmke e Levitsky, 2006; Siavelis e Morgenstern, 2008; Teixeira, 2009: 379; Norris e Lovendusky, 1995), frequentemente caracterizados por processos negociais entre os líderes das estruturas de juventude e dos partidos centrais nos quais ganham relevância fatores como patrocínios e acordos políticos internos, a incumbência, a senioridade política, a posição hierárquica no partido ou ainda as relações pessoais.

Antes, contudo, de analisarmos a perceção dos jovens militantes em relação à sua influência nos processos de seleção, vejamos como os estatutos dos diferentes partidos preveem esta mesma influência.

Participação das JP	PS	PSD	PCP	CDS-PP	BE	CH	IL	PAN
Consulta	X	X	X	X	**	**	**	**
Capacidade de representação nas listas	**	**		**	**	**		**
Quota de representação		**		**				

Quadro 4. Participação das Juventudes Partidárias na elaboração de listas

Notas: X de acordo com os estatutos; ** de acordo com as perspetivas dos entrevistados em resposta à questão “Qual o papel da Juventude [x] no processo de elaboração das listas para a AR, PE; autárquicas?”

Como se pode verificar no Quadro 4, todos os partidos com estruturas autónomas de representação da juventude asseguram a sua representação nos órgãos dos partidos (cf. Anexo 1). Desta forma, não surpreende que, quando questionados sobre o papel das juventudes partidárias nos processos de elaboração de listas, a larga maioria dos entrevistados se reporte à importância da representação nestas estruturas como uma forma de consulta. De forma semelhante, os entrevistados dos restantes partidos também se reportaram à presença de membros jovens nos órgãos formalmente responsáveis pela constituição de listas de candidatos. Em geral, os entrevistados de todos os partidos, à exceção da IL, afirmam que a Juventude Partidária pode propor nomes para a constituição das listas candidatas.

Estatutariamente, o Partido Socialista prevê a representação da juventude partidária, assim como do Presidente da JP na Comissão Política da Federação, órgão responsável pela proposta dos candidatos em cada círculo eleitoral, ainda que sujeita à aprovação da Comissão Política Nacional. A JS deve ser consultada, obrigatoriamente, durante todo este processo³, podendo, ainda, propor candidatos⁴. Contudo, esta descentralização é, na prática, enfraquecida por uma quota formal que prevê que 30% dos lugares das listas sejam indicados pelos órgãos nacionais, na qual a vontade do líder é prevalecente.

No caso do PSD, o processo prevê formalmente um maior grau de descentralização nos órgãos distritais e concelhios, nos quais a JSD tem assento. Ao contrário do PS, os órgãos nacionais não têm uma quota formal de lugares a preencher, sendo sim a Comissão Política Nacional responsável pela aprovação final das listas, onde a JSD se faz representar⁵ ⁶. Em termos informais, contudo, a liderança nacional tem uma forte influência na constituição das listas, pelo que se torna no canal preferencial de negociação de lugares. De sublinhar ainda que os nomes propostos e posteriormente negociados pela liderança nacional e local da JSD são previamente aprovados nos órgãos nacionais da Juventude Social Democrata.

No caso do PCP e do CDS-PP, os estatutos não permitem reconstituir inteiramente o processo de constituição das listas de candidatos. No caso do CDS-PP, o processo é centralizado no Conselho Nacional⁷, que tem poder de veto sobre as propostas das restantes estruturas, com especial destaque para o líder do partido. A JP, estando formalmente representada, pode indicar os seus potenciais representantes.

No que toca ao PCP, a seleção de candidatos é centralizada, uma vez que a elaboração das listas está a cargo do Comité Central, as quais são, posteriormente, ratificadas pelas organizações regionais. Na prática, porém, é o Secretariado do Comité Central

³ PS, artigos 36.º, 37.º e 67.º (2018).

⁴ JS, artigos 20.º e 47.º (2020).

⁵ PSD, artigos 18.º, 19.º, 21.º, 22.º, 43.º e 46.º (2012).

⁶ JSD, artigos 33.º, 38.º e 61.º (2020).

⁷ CDS-PP, 29º i) (2014).

que indica os nomes dos candidatos, sem que as organizações regionais e as estruturas autónomas tenham uma influência de facto (Freire e Teixeira, 2011). A JCP em particular pode, formalmente, sugerir nomes no processo de seleção de candidatos, na medida em que esteja representada no órgão executivo do Comité Central.

Neste estudo, os entrevistados referiram-se maioritariamente aos processos de constituição de listas às eleições legislativas. No caso do PCP, a inclusão dos militantes mais jovens é descrita enquanto estratégia de renovação partidária e de priorização dos interesses das gerações mais novas:

“O papel da juventude é para, quando nós apresentamos a lista, mostrar que não somos uma lista de velhos, como costumam dizer... e os jovens estão muito presentes nessa lista, com ideias muito bem claras do que querem defender e do que querem mostrar à região. (...) Porque nós, jovens, também temos problemas jovens. Problemas da juventude também é uma coisa que está muito assente na nossa realidade. E é para mostrar que este é o partido que tem mais ideias jovens acima de tudo.” (EP76)

Já na perspetiva dos entrevistados das juventudes socialista e social-democrata, apesar de estar estatutariamente prevista a sua representação nos órgãos partidários, ganham relevância as negociações informais e a relação política e até pessoal entre o líder do partido e o da Juventude Partidária. Como um jovem da JSD esclareceu:

“Agora o grau de influência depende disso tudo, das relações, da proximidade, depende das pessoas que indica. neste momento, muitas vezes se indicar uma mulher é mais fácil (...). Agora na elaboração da lista propriamente dita (...) aí tem uma influência que depende exclusivamente da relação do líder da JSD com o líder do PSD.” (EP09)

Um outro militante reforçou esta perspetiva, esclarecendo que:

“A Comissão Política do PSD tem as suas indicações e a JSD terá uma lista de jovens que quer indicar para cada órgão e depois é uma questão de negociação e conversas informais e depende da relação pessoal que se tenha ou da capacidade de negociação de cada um. (...) Não há uma fórmula que facilite a negociação. Está tudo dependente da capacidade do líder jovem e da capacidade também... porque se o líder do PSD for também menos capaz... é pela base da negociação”. (EP36)

No caso do Partido Socialista, um entrevistado esclarece que a capacidade de inclusão nas listas depende também da relação com o líder do partido:

“Nós temos uma tradição não-escrita que é a base. Da mesma forma que o Partido Socialista tem federações, a JS tem federações e, portanto, tendencialmente os presidentes e ex-presidentes da Federação da Juventude Socialista de determinado círculo são óbvios candidatos. Depois, tenta colocar-se na melhor posição possível, mas são eventuais óbvios candidatos a ingressar na lista do seu círculo. Os deputados

da JS são, neste momento, de Coimbra, Aveiro, Setúbal e Lisboa. O que é que foi preciso fazer nesses círculos? Foi, naturalmente, reivindicar não apenas a qualidade das pessoas em causa, como também a sua participação e a sua militância na juventude, a sua representatividade para entrarem na lista. Depois, naturalmente... no meu caso, por ser a comissária-geral da Juventude Socialista, eu entrei na quota nacional do Secretário-Geral do Partido Socialista, portanto há aqui uma mistura de fatores.” (EP25)

Além disso, o peso das juventudes partidárias não é uniforme; no caso do PS e do PSD, a descentralização do processo de seleção nos órgãos distritais tem frequentemente como consequência processos de negociação também eles descentralizados. Como um dos entrevistados assume:

“No caso específico do Porto, eu sei que o papel da juventude socialista é preponderante. Sei que o presidente da JS do Porto e do PS do Porto sentaram-se várias vezes a falar sobre listas e sei que houve um papel determinante, mas sei que houve outros distritos no país onde o presidente da JS nem sequer foi contactado para que isso acontecesse ou que soube da lista quando a lista foi publicada no site do PS.” (EP35)

Os partidos podem, ainda, ter quotas de representação informais para a inclusão de elementos das juventudes partidárias nas listas do partido, ou seja, lugares que tradicionalmente são atribuídos aos militantes mais jovens, mas que podem variar mediante o contexto eleitoral. Neste contexto, as referências a quotas informais foram apenas identificadas no caso do PSD e do CDS-PP. No caso do CDS-PP, um dos entrevistados esclareceu:

“A JP tem uma quota que existe na comissão política nacional e como existe em todos os órgãos e em todas as listas que são executadas. Em qualquer uma das listas, a JP vai ter um assento para colocar membros.” (EP44)

Em suma, a inclusão de candidatos mais jovens nas listas candidatas dos partidos resulta de uma combinação de regras formais que preveem a presença de representantes das juventudes nos órgãos partidários responsáveis pela seleção de candidatos, como se verifica em todos os partidos analisados, mas que garante apenas que os jovens tenham voz nesse processo. A inclusão efetiva de candidatos em especial, em lugares elegíveis, está, porém, fortemente dependente de mecanismos informais nos quais a capacidade negocial dos líderes das juventudes, bem como o seu peso político interno e a relação com o líder do partido, ganham especial relevância, particularmente nos casos do PS e do PSD, partidos com processos de seleção mais descentralizados.

4.5. A influência dos partidos na vida das juventudes

“Perdemos algumas liberdades individuais e temos que conceder e comprometer algumas questões.” (EP36)

Embora o PS e o PSD permitam o envolvimento dos seus militantes mais jovens na constituição das listas para cargos políticos, não deixa de ser verdade que os partidos tendem a manter as juventudes partidárias dependentes do partido central, seja por motivos financeiros, ideológicos, estruturais ou organizativos, tornando a autonomia destas estruturas bastante limitada.

De uma forma geral, todos os entrevistados reconhecem que as estruturas dedicadas aos militantes jovens não são, financeiramente, autónomas. Os militantes da JS esclarecem que, uma vez que *“não temos que pagar quotas, também não temos um financiamento direto do partido”* (EP26). No caso do PSD, *“todos os membros da JSD pagam metade do valor da quota do militante do PSD e o dinheiro vai todo para a Comissão Política Nacional para a estrutura nacional”*, que pode, posteriormente, ser redirecionado para as estruturas da Juventude. No caso da Juventude Comunista, *“ao contrário de outras organizações, não têm valor para as quotas, a quota da JCP pode ser 5 cêntimos, pode ser 100 euros, depende de ti. Cada um dá o que quiser e o que puder e a JCP reafirma várias vezes nesta questão”* (EP75).

Vale a pena destacar que, à semelhança dos partidos, as Juventudes têm estruturas nacionais, distritais ou locais (concelhias). Embora as estruturas nacionais tenham financiamento do partido, o mesmo não acontece, em geral, nas estruturas locais. Os seus recursos advêm das iniciativas que conseguem organizar ou através das *“tais senhas de presença das assembleias que nós juntamos e é através disso que nós organizamos”* (EP26). Alguns presidentes de concelhias reconhecem que, quando as estruturas locais necessitam de financiamento, recorrem aos contributos dos jovens envolvidos, que *“dava uma parte. Ou seja, não todos os militantes, mas no grupo ou no núcleo duro no mais pequeno cada um dava, dividíamos por quantias iguais”* (EP36). Dependem, assim, *“do altruísmo e da solidariedade de quem lá está”* (EP44).

Embora, de uma forma geral, os entrevistados entendam as limitações financeiras a que estão sujeitos, não deixam de vincar a sua posição crítica em relação à ausência de recursos:

“Mas não acho que a JS tenha hoje as condições que devia ter para fazer o seu trabalho (...) Para atingir determinados níveis de intervenção, ou seja, hoje há uma necessidade de profissionalismo em muito do que se faz para se poder chegar a mais jovens, comunicar, enfim... Mesmo do ponto de vista do trabalho político, por exemplo de investigação ou de estudo de uma determinada matéria, sinto que a JS precisava de mais condições para exercer as suas funções. Isso não é uma ingerência na autonomia da JS, mas é uma crítica. Eu entendo que os partidos têm que ter uma obrigação muito relevante para com as juventudes partidárias que os suportam, dando-lhe as condições e os meios para desenvolver um melhor trabalho. Nem sempre isso corresponde à necessidade e à importância que a JS tem dentro do partido.” (EP25)

As estruturas subnacionais procuram encetar esforços à procura de autonomia financeira dos partidos. Um dos entrevistados ilustra alguns exemplos, notando a relevância desta dimensão:

“Nós na federação do Porto, já no meu mandato, criámos uma loja online que nos permita pelo menos ter algum fundo de maneio. Vamos produzindo artigos... agora tivemos uma coleção de coisas engraçadas sobre as eleições americanas. Fizemos máscaras também já certificadas, quando surgiu a questão da COVID. Mas isso quer dizer... eu acho que é o primeiro ‘grito do Ipiranga’ e já faço parte da JS há muito tempo, mas acho que é, sim, um primeiro ‘grito do Ipiranga’ que alguma estrutura regional dá, é esse que nós estamos a dar e também de tentar alguma autonomia financeira do partido.” (EP28)

Com efeito, importa, sobretudo, compreender se os jovens consideram que os partidos políticos procuram condicionar a autonomia das juventudes partidárias. Como se pode verificar na Figura 18, para 35% dos entrevistados, a autonomia das juventudes partidárias tem sido salvaguardada.

Para a maioria dos entrevistados (45,9%), os partidos procuram sempre um alinhamento entre o partido e a juventude partidária. A maioria dos entrevistados considera que é importante a existência de “*um diálogo para se arranjar um meio termo*” (EPO7), referindo que “*trabalho sempre muito cooperante*” (EP22) entre as estruturas do partido e das juventudes. Este diálogo tende a reportar-se sobretudo a causas e à agenda política.

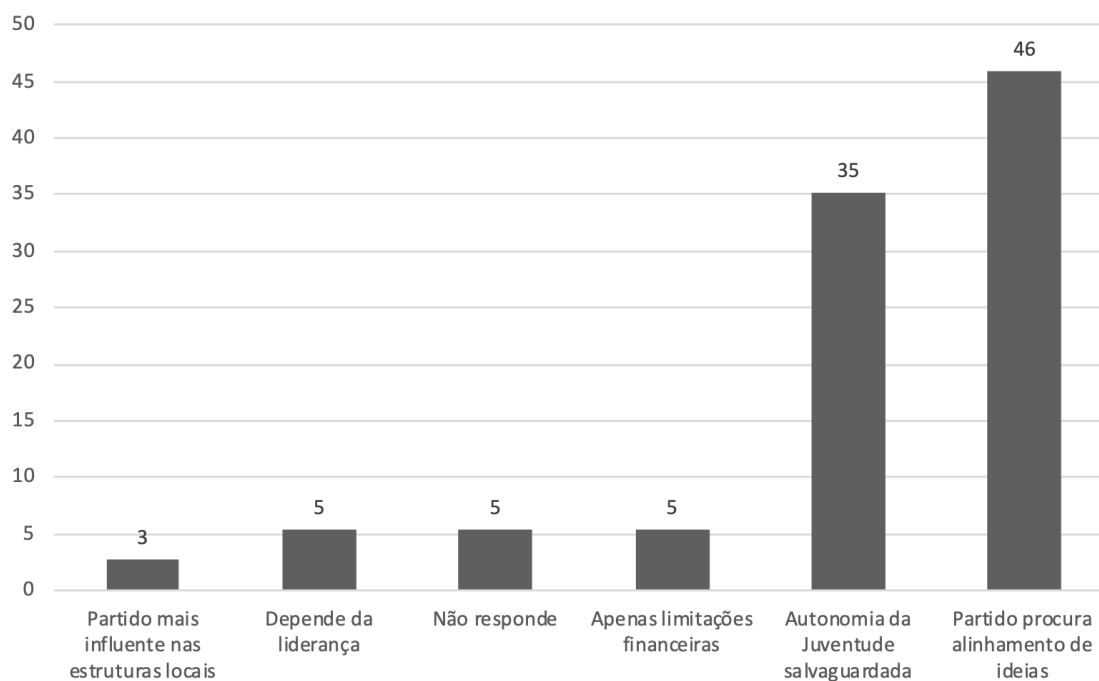


Figura 18. Percepções de limitações da autonomia das Juventudes (%)

Notas: Respostas à pergunta: “*Alguma vez sentiu que a autonomia da Juventude [x] foi posta em causa?*” N=37 (mais do que uma resposta possível)

As limitações à autonomia das juventudes partidárias surgem, sobretudo, nas referências ao posicionamento das estruturas autônomas em votações, sobretudo nos órgãos autárquicos (EP36), e quando não interessa aos partidos que a Juventude “faça barulho sobre alguma coisa em particular” (EP67). Um entrevistado esclarece que:

“Se o nosso tema for muito mais sexy para as notícias do que o tema do Secretário-Geral do PS, nós podemos realmente roubar espaço político ao partido porque o nosso tema é mais comunicável. E pode haver tensão nesse aspeto. Mas não diria que há uma tendência para o PS manipular o discurso da JS. Acho que há tensões que são resolvidas politicamente, mas isso está dentro daquilo que eu acho normal e aceitável.” (EP67)

Esta influência dos partidos sobre as juventudes – e, portanto, a percepção de conflitos – surge, sobretudo, quando se trata de “outros temas que não diretamente temas que dizem respeito à Juventude que se intrometem no caminho” (EP68) e “principalmente quando nos aproximamos de eleições” (EP73). Assim, reforça-se a ideia da autonomia das juventudes quando a sua atuação se circunscreve às questões dos jovens, havendo menos espaço para que se trabalhem outros temas “dos adultos”.

Embora os entrevistados refiram os esforços das Juventudes para fazer “valer a força da juventude”, para que os partidos não deixem de “estar próximo[s] dos jovens” (EP26), não deixam de destacar que o sucesso destes esforços pode depender da “proximidade, inclusive pessoal, de quem estava na liderança” (EP47). Uma parte dos entrevistados (5%) entende que a “autonomia da estrutura depende muito do líder” (EP09). Entendem, assim, que, quando o líder da juventude é mais permeável à influência do líder do partido, as juventudes tendem a registar “menos atividade e participação política, menos peso e menos dinâmica” (EP47).

4.6. A influência das juventudes na estratégia política dos partidos

“Eles ouvem-nos. Querem-nos ouvir. E acho que é a partir daqui que vamos influenciando também.” (EP76)

Se é certo que os partidos procuram alinhar as suas prioridades com as juventudes, procurando exercer influência sobre as suas atividades, não deixa de ser possível que as juventudes partidárias possam também influenciar a agenda dos partidos a que pertencem. Na Figura 19, apresentam-se as principais estratégias utilizadas pelas juventudes.

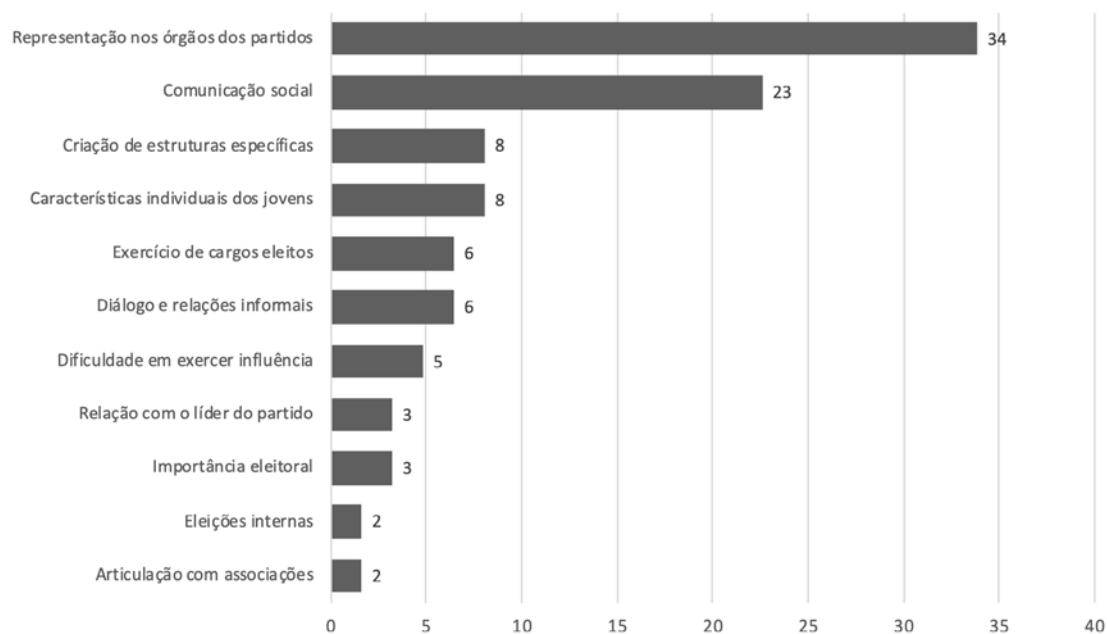


Figura 19. Estratégias usadas pelas Juventudes para influenciar a agenda dos partidos (%)

Notas: Respostas à pergunta: “Que mecanismos são mobilizados pela juventude para assegurar a influência na estratégia política do Partido?” N=45 (mais do que uma resposta possível)

A estratégia mais utilizada pelas juventudes para exercer influência é através da sua representação nos órgãos internos do partido, vista como um “*bom sítio para poder conseguir influenciar seja o que for*” (EP09).

“A JSD representa sempre uma determinada percentagem em cada eleição do PSD, que varia um pouco de local para local, mas a JSD tem força também dentro do partido, não só do ponto de vista estatutário, dos lugares que tem estatutariamente definidos nos órgãos de decisão, mas também porque tem militantes ativos e militantes que também se envolvem muito nas questões do partido.” (EP1)

Embora o “*real power* est[e]ja nos órgãos, o *soft power* está na capacidade política que é composta pela comunicação, pelo capital político dos intervenientes principais” (E67), com o “*objetivo de pressionar o partido na praça pública*” (EP36). Assim, a segunda estratégia mais mencionada reporta-se à capacidade das juventudes partidárias de colocar determinados assuntos na agenda política, utilizando a comunicação social para “*condicionar a estratégia do partido*” (EP09).

“Geralmente, fazemos iniciativas emblemáticas e marcantes e é a receção que a comunidade tem dessas iniciativas e a projeção que essas iniciativas têm, seja nos órgãos sociais seja na população em geral, que define o interesse do partido.” (EP26)

“Há uma influência sempre que se utiliza em política, independentemente de ser neste caso a JS-PS, mas que se utiliza publicamente que é a colocação de temas da agenda

na agenda mediática na discussão pública e muitas vezes essa pressão, essa atenção sobre um determinado tema é uma forma também de pressionar para soluções concretas. Quando a Juventude Socialista faz propostas, não as faz só dentro das portas do Largo do Rato, ou dentro das sedes partidárias. Faz também no espaço público.” (EP49)

Esta estratégia é também utilizada pelos novos partidos, que procuram apelar a temas transversais às diferentes faixas etárias. Como um militante do CH esclareceu:

“Portanto, isso são coisas que também nos preocupam e que também passamos diretamente não só ao Comité Nacional e à direção nacional do partido para que também seja abordado em praça pública e, portanto, há um reflexo de facto das nossas sugestões também, daquilo que também nos preocupa e também preocupa outros jovens que simpatizam com o CH! E, portanto, não só os jovens, mas toda a gente da faixa etária dos 8 aos 80, portanto tentamos também apelar a que estes sejam trazidos à praça pública e que normalmente não são trazidos pelos outros partidos.” (EP14)

Uma proporção menor de entrevistados destacou a importância da criação de estruturas internas específicas:

“Por outro lado, a Juventude Socialista consegue muito bem responder a isso com iniciativas que vai realizando ou então ter esta mais-valia de realizar reuniões e constituir grupos de trabalho juntamente com o partido. Acaba por ser uma influência de reuniões de trabalho.” (EP72)

Para além das capacidades individuais dos militantes, que podem ter capacidade de influência pelo seu carisma e trabalho individual, os entrevistados referiram também a importância de ter jovens militantes dos partidos no exercício de cargos políticos eleitos:

“Eu acho que o facto de haver deputados jovens é uma grande ajuda. (...) Nós fazemos um manifesto legislativo, ou seja, as propostas que nós defendemos para as legislativas, para qualquer ciclo. Portanto, isso é um documento de trabalho que os deputados, autarcas, etc. vão ter no seu ciclo. (...) E depois existem fóruns, que nós vamos discutindo as coisas e, parecendo que não, termos deputados a mediar e a fazerem pressão a dizer ‘é preciso isto é preciso aquilo’... acho que ajuda imenso o facto de nós termos deputados na Assembleia da República. Acho que, se não tivéssemos, se calhar não conseguíamos ter tanto impacto nas decisões” (EPO7)

“Quanto mais nós formos valorizados por fora, também mais peso vamos ter cá dentro porque costuma haver muito aquela questão de ‘ah tem muitos votos, mas depois não faz nada’ ou por aí fora. E eu acho que isso é uma questão que pode dar aqui algum peso porque também começamos a acumular mais experiência, começamos a estar mais dentro dos assuntos, o que é diferente lendo jornal ou estar lá.” (EP20)

Foram ainda referidas a estratégia da proximidade entre os jovens e o líder do partido, que facilita as trocas de impressões sobre diferentes prioridades políticas. A estratégia menos referida é a da articulação com o universo associativo. Como um militante destacou:

“E quando faz no espaço público também é uma forma de chamar a atenção sobre um determinado tema e sobre a necessidade de o resolver. E fá-lo também novamente em cooperação, muitas vezes, com as organizações de juventude no sentido em que há propostas políticas que são transversais, por exemplo, às Associações Académicas, ao Conselho Nacional de Juventude, outras organizações de juventude das suas preocupações. (...) Nessa intervenção pública, muitas vezes as organizações que também partilham essas ideias acabam por ajudar e por contribuir a fazer esse tipo de pressão pública.” (EP49)

Vale a pena destacar que a questão colocada se direcionava especificamente para as estratégias mobilizadas para influenciar a agenda. Embora não tenham sido questionados quanto ao sucesso destas estratégias, alguns entrevistados referiram claramente as dificuldades que as juventudes partidárias sentem. Tal como um entrevistado referiu:

“O caminho é sempre de presença nas atividades do PS e de estarem sempre em constante articulação. Mas, como nós temos tanto um discurso de autonomia e independência, não há uma estratégia para estarmos lá dentro, para irmos, porque nós temos sempre um discurso acérrimo de independência e autonomia, e, portanto, eu acho que isso também acaba por nos afastar do que nos unir.” (EP08)

Assim, embora uma boa parte dos jovens considere que a autonomia das juventudes partidárias é preservada – uma perceção visível na secção anterior –, não deixa de ser verdade que os partidos se podem socorrer de estratégias que limitam a autonomia destas estruturas. Aqui, são particularmente relevantes a existência de limitações financeiras e, sobretudo, a estratégia do alinhamento das propostas e iniciativas da juventude partidária face às orientações e prioridades dos partidos. Ora, estas estratégias são particularmente relevantes em cenários em que as Juventudes autónomas se socorrem de estratégias extrapartidárias para marcar a agenda dos partidos e, assim, assegurar o seu peso dentro das dinâmicas dos partidos. Assim, os desafios colocados pelas juventudes às prioridades dos partidos são potencialmente reduzidos ou minados. É também por este motivo que a maioria dos jovens militantes dos partidos considera que as estruturas autónomas são “ouvidas”, embora se deixe vincada a perceção de uma escassa participação na definição de estratégias partidárias – incluído as direcionadas especificamente para a mobilização dos jovens.

5. Notas conclusivas

«Será o conceito de Juventude Política um oxímoro?» É com esta questão que Briggs (2017) introduz um dos temas mais debatidos nos últimos anos, a relação dos jovens com a política. Apesar da atenção dedicada tanto pela comunidade científica como

pelas instituições políticas internacionais, dificilmente conseguimos identificar um consenso no que toca ao interesse dos mais jovens pela política, às razões para o afastamento da participação convencional ou, ainda, no que se refere às estratégias de mobilização das gerações mais novas. É, porém, evidente a sua sub-representação nesta arena, tanto em termos numéricos nos órgãos de representação democráticos, como em termos substantivos na representação das suas prioridades e interesses.

Neste estudo, comprovamos a importância de não impor uma definição de política ou de participação política que poderia conduzir à rejeição ou não-identificação com o tema por parte dos entrevistados. Ao fazê-lo, percebemos que os jovens se apropriam do conceito de política, valorizando a componente comunitária, de ação para o bem comum e de progresso da sociedade como um todo. Como Henn *et al.* (2002) e Kimberlee (2002) sugerem, existe uma visão preponderante de que o afastamento dos jovens ocorre em relação à maquinaria democrática (representada pelos partidos políticos) e não face aos valores democráticos, colocando aqui em evidência a tensão entre o apoio (difuso) à democracia enquanto regime político e uma menor satisfação e confiança relativamente ao modo como as instituições e os atores respondem às suas expectativas (apoio específico). Aliás, tal como também é sublinhado no Relatório n.º 4, e apesar das referências à ainda insuficiente mobilização política jovem, existe uma perceção transversal de que esta realidade não é exclusiva da população jovem, por um lado e, por outro, de que as gerações mais novas estão cada vez mais atentas e conscientes para as causas políticas. Mas estarão estas causas no topo das prioridades dos partidos políticos?

A análise dos programas eleitorais permite-nos concluir que não existem discrepâncias significativas entre as temáticas priorizadas pelos partidos nas suas propostas e as principais preocupações manifestadas pelo nosso grupo de participantes. De facto, a educação e o emprego ocupam lugares de destaque, ainda que os entrevistados deixem particularmente claro que as sucessivas vagas de austeridade ocorridas desde o início deste século têm atingido de forma grave as gerações em transição para a vida adulta, expondo assim os baixos níveis de confiança nos atores políticos na defesa dos seus interesses. No mesmo sentido, o facto de a corrupção e de a fraca gestão pública ocuparem um lugar prioritário para os jovens reforça o argumento da sua alienação dos processos democráticos tradicionais e não da sua despolitização ou apatia.

Este desencanto com a atuação dos líderes políticos e com as próprias instituições manifesta-se também na perceção de que estes atores não priorizam a comunicação com as gerações mais novas, marginalizando-as através de uma linguagem demasiado complexa, bem como de uma desvalorização do seu contributo, como verificado também no Relatório 4. Contudo, o afastamento das estruturas convencionais de ação política não parece ser totalmente compensado com a adesão a estruturas alternativas como, por exemplo, as de cariz associativo, apesar de, como analisado no Relatório 2, assistirmos a um crescimento nesta participação nos últimos anos.

Ainda que todos os participantes no nosso estudo mantenham uma participação política ativa, a visão veiculada é que, em geral, a população mais jovem privilegia a política “feita pelas suas mãos” (Pickard, 2019), focando o seu interesse em questões e

causas específicas, próximas da sua experiência quotidiana e recorrendo às tecnologias digitais para intervir de forma individual ou coletiva, mas, frequentemente, com uma curta duração – sendo esta perceção confirmada pelos Relatórios n.º 2 e n.º 4. Fica, assim, clara uma atração pelas formas de participação desierarquizadas, no sentido de um afastamento das práticas mediadas por atores e instituições tradicionais. Um envolvimento mais estruturado ou institucionalizado implicaria um esforço ativo de mobilização da juventude fortemente baseado na componente formativa e informativa, assim como na valorização do seu contributo e do seu papel enquanto elementos catalisadores de mudança.

Referências

- AIDGLOBAL (2017), A educação para a cidadania global e as juventudes partidárias: o caso do Concelho de Loures. Lisboa.
- Albacete, G. G. (2014), *Young people's political participation in Western Europe: Continuity or generational change?*. Springer.
- Barro, R. J. e Lee, J. W. (2013), A new data set of educational attainment in the world, 1950-2010. *Journal of development economics*, 104, 184-198.
- Bastedo, H. (2015), Not 'one of us': Understanding how non-engaged youth feel about politics and political leadership. *Journal of Youth Studies*, 18(5), 649-665.
- Baumgarten, B. (2013), Geração à Rasca and beyond: Mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current Sociology*, 61(4), 457-473.
- Berry, C. (2008), Labour's lost youth: Young people and the labour party's youth sections. *The Political Quarterly*, 79(3), 366-376.
- Briggs, J. (2017), *Young people and political participation: Teen players*. Palgrave Macmillan UK.
- Cammaerts, B., Bruter, M., Banaji, S., Harrison, S., Anstead, N. (2016), *Youth Participation in Democratic Life*. London: Palgrave Macmillan.
- Charalambous, G. e Christophorou, C. (Eds.), (2015), *Party-Society Relations in the Republic of Cyprus: Political and Societal Strategies*. Routledge.
- Cruz, M. B. (1990), A participação política da juventude em Portugal — as elites políticas juvenis. *Análise Social*, 223-249.
- Dalton, R. J. (2013), *Citizen politics: Public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. Washington, DC, CQ Press
- Delli Carpini, M. X. (2000), Gen. com: Youth, civic engagement, and the new information environment. *Political communication*, 17(4), 341-349.
- Flanagan, C. A. (2013). *Teenage citizens: The political theories of the young*. Harvard University Press.
- Franklin, M. N., Mackie, T. T. e Valen, H. (2009), *Electoral change: Responses to evolving social and attitudinal structures in Western countries*. Colchester, ECPR Press.
- Freire, A., & Teixeira, C. P. (2011), Choosing before choosing: the selection of parliamentary candidates: rules and 'practice'. *Choosing before choosing: the selection of parliamentary candidates. Part II: rules and 'practice'*, (2), 31-47.
- Gerber, A. S. e Green, D. P. (2000), The Effects of Canvassing, Telephone Calls, and Direct Mail on Voter Turnout: A Field Experiment. *American political science review*, 94(3), 656-663.
- Guerra, I. (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo Sentidos e Formas de Uso*. Estoril, Principia Editora.
- Helmke, G. e Levitsky, S. (2006), *Informal institutions and democracy*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- Henn, M., Weinstein, M. e Forrest, S. (2005), Uninterested youth? Young people's attitudes towards party politics in Britain. *Political studies*, 53(3), 556-578.
- Henn, M., Weinstein, M. e Wring, D. (2002), A generation apart? Youth and political participation in Britain. *The British Journal of Politics & International Relations*, 4(2), 167-192.
- Henn, Matt, and Mark Weinstein. "Young people and political (in) activism: why don't young people vote?." *Policy & politics* 34, n.º 3 (2006): 517-534.
- Hooghe, M. e Dassonneville, R. (2013), Voters and candidates of the future: The intention of electoral participation among adolescents in 22 European countries. *Young*, 21(1), 1-28.

- Karp, J. A., Banducci, S. A. e Bowler, S. (2008), Getting out the vote: Party mobilization in a comparative perspective. *British Journal of Political Science*, 91-112.
- Kimberlee, R. H. (2002), Why don't British young people vote at general elections?. *Journal of youth studies*, 5(1), 85-98.
- Lijphart, A. (1997), Unequal participation: democracy's unresolved dilemma. *American political science review*, 1-14.
- Lisi, M. (2018), The limits of party change: candidate selection in Portugal in the age of crisis. In *The selection of politicians in times of crisis*. London, Routledge.
- Lisi, M. e Cancela, J. (2019), Types of party members and their implications: results from a survey of Portuguese party members. *Party Politics* 25(3).
- Malafaia, C., Menezes, I. e Neves, T. (2018), Living, Doing, and Learning from Politics in a Youth Wing of a Political Party. *Qualitative Report*, 23(1).
- Menezes, I., Afonso, M. R., Gião, J. e Amaro, G. (2005), *Conhecimentos, concepções e práticas de cidadania dos jovens portugueses: Um estudo internacional*. Lisboa, Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Menezes, I., Fernandes-Jesus, M., Ribeiro, N. e Malafaia, C. (2012), Agência e participação cívica e política de jovens. *Agência e participação cívica e política: Jovens e imigrantes na construção da democracia*. Porto, LivPsic.
- Mycock, A. e Tonge, J. (2012), The party politics of youth citizenship and democratic engagement. *Parliamentary affairs*, 65(1), 138-161.
- Norris, P. (2002), *Democratic phoenix: Reinventing political activism*. Cambridge University Press.
- Norris, P. e Lovenduski, J. (1995), *Political Recruitment: Gender, Race and Class in the British Parliament*. Cambridge University Press.
- O'Toole, T. (2004), 'Explaining Young People's Non-participation: Towards a Fuller Understanding of the Political'. Paper presented to the European Consortium for Political Research Joint Sessions of Workshops, University of Uppsala.
- Pattie, C., Seyd, P. and Whiteley, P. (2004), *Citizenship in Britain: Values, Participation and Democracy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Pickard, S. (2019), *Politics, protest and young people: Political participation and dissent in 21st century Britain*. Springer.
- Pinto, A.C.; Magalhães, P.; Sousa, L. Gorbunova, E. (2012), "A Qualidade Da Democracia Em Portugal. A Perspectiva Dos Cidadãos." In Workshop "The Quality of Democracy in Hard Times. Lisboa.
- Quintelier, E. (2007), Differences in political participation between young and old people. *Contemporary politics*, 13(2), 165-180.
- Rainsford, E. (2018), UK political parties' youth factions: A glance at the future of political parties. *Parliamentary Affairs*, 71(4), 783-803.
- Ryan, G. W. e H. R. Bernard (2003), Techniques to identify themes. *Field Methods*, 15:85-109.
- Siavelis, P. e Morgenstern, S. (2008), *Pathways to Power*. The Pennsylvania State University Press.
- Sloam, J. (2007), Rebooting democracy: Youth participation in politics in the UK. *Parliamentary affairs*, 60(4), 548-567.
- Sloam, J. (2016), Diversity and voice: The political participation of young people in the European Union. *The British Journal of Politics and International Relations*, 18(3), 521-537.
- Sloam, J. e Henn, M. (2019), The Silent Revolution in Youth Political Engagement. In *Youthquake 2017* (pp. 43-69). Palgrave Pivot, Cham.
- Smets, K. (2012), A widening generational divide? The age gap in voter turnout through time and space. *Journal of Elections, Public Opinion & Parties*, 22(4), 407-430.
- Stockemer, D. e Rocher, F. (2017), Age, political knowledge and electoral turnout: a case study of Canada. *Commonwealth & Comparative Politics*, 55(1), 41-62.
- Teixeira, M. (2009), *O povo semi-soberano: partidos políticos e recrutamento parlamentar em Portugal (1990-2003)*. Coimbra, Almedina.
- Tenn, S. (2007), The effect of education on voter turnout. *Political Analysis*, 446-464.
- Toros, E. (2017), How to run the show? The differential effects of negative campaigning. *Turkish Studies*, 18(2), 297-312.
- Van Biezen, I., Mair, P. e Poguntke, T. (2012), Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe. *European journal of political research*, 51(1), 24-56.
- Verba, S., Scholzman, K. L. e Brady, H. E. (1995), *Voice and equality: Civic voluntarism in American politics*. Harvard University Press.

Anexos

Anexo 1. Representação das Juventudes Partidárias em órgãos dos Partidos

Partidos	Órgão(s) do partido com representação da juventude
Partido Socialista	<p>– <u>Comissão Política Concelhia</u> – Na sua composição, conta com o coordenador concelhio da JS e com representantes da Juventude Socialista eleitos pela estrutura respetiva, correspondentes a um décimo dos membros eleitos, diretamente. A Comissão Política Concelhia deve também contar com pelo menos cinco representantes da JS indicados pela própria para participar nas duas reuniões anuais dos socialistas do Concelho.</p> <p>– <u>Comissão Nacional</u> – Na sua composição, conta com “26 membros da Juventude Socialista, correspondentes a 10% do total dos membros da Comissão Nacional eleitos pelo Congresso”.</p> <p>– <u>Comissão Política Nacional</u> – Na sua composição, conta com sete representantes da Juventude Socialista. Outros representantes da JS podem ser convidados a participar na Comissão Política, por iniciativa do Secretário-Geral ou por deliberação da própria Comissão Nacional, mas sem dispor de direito de voto (alínea f), ponto 3, artigo 53.º).</p>
Partido Social Democrata	<p>– <u>Congresso Nacional</u> – Os delegados eleitos pela JSD, num total não superior a 70, de acordo com os critérios que os respetivos órgãos definirem.</p> <p>– <u>Conselho Nacional</u> – 10 representantes da JSD.</p> <p>– <u>Comissão Política Nacional</u> – O presidente e outro dirigente nacional da JSD.</p> <p>– <u>Assembleia Distrital</u> – Representantes da JSD (na proporção de um delegado por cada grupo completo de cinquenta filiados, se outro número não for fixado no Regulamento Interno do Distrito).</p> <p>– <u>Comissão Permanente Distrital</u> – O presidente e outro dirigente distrital da JSD.</p> <p>– <u>Comissão Política de Secção</u> – O Presidente e outro dirigente da JSD da Secção.</p> <p>– <u>Comissão Política de Núcleo</u> – Dois representantes da JSD.</p>
CDS – Partido Popular	<p>– <u>Comissão Política Nacional</u></p>
Partido Comunista	<p>– <u>Congresso</u> – A JCP, em particular os membros do Partido da Direção Nacional da JCP, tem representação, por inerência.</p>

Anexo 2. Guião de entrevistas

[BLOCO 1] Contexto e interesse pela participação política, social e cívica

- 0.1. De uma forma geral, interessa-se pela política? Porquê?
- 0.2. O que significa, para si, “política”?

[BLOCO 2] Socialização política: motivação para a participação cívica, política e social

- 1.1. Considera-se uma pessoa politicamente ativa? Há quanto tempo?
- 1.2. Durante a sua infância ou adolescência, alguém na sua família mais próxima pertencia a um partido político?
- 1.3. Os seus familiares mais próximos envolvem-se em atividades políticas (de forma geral e não apenas partidária)?
- 1.4. Os seus familiares mais próximos envolvem-se em atividades de voluntariado?
- 1.5. Na sua família, com que frequência se discutem/discutiam assuntos políticos?
- 1.6. E, no seu grupo de amigos, com que frequência discute assuntos políticos?
- 1.7. Considerando agora o seu percurso escolar, frequentou alguma disciplina no ensino básico e secundário que considere que foi importante para o seu percurso e para a sua motivação para a participação cívica, política e social?
- 1.8. E no ensino superior? (*se aplicável*)

[Bloco 3] Relação dos jovens com política

- 2.1. De uma forma geral, a perceção é a de que os jovens não se envolvem em política e não se interessam por questões políticas. Concorda com esta afirmação?
- 2.2. Os dados dos últimos atos eleitorais indicam que a abstenção tende a ser muito elevada entre os mais jovens. No seu entender, o que explica esta abstenção?
- 2.3. Olhando para o seu país, qual (ou quais) são os principais problemas que Portugal enfrenta hoje?
- 2.4. Como é que os jovens podem contribuir para a solução destes problemas?
- 2.5. Acha que estas questões são mais bem trabalhadas pelos partidos políticos ou por organizações da sociedade civil?
- 2.6. Alguma vez participou em iniciativas que pretendessem contribuir para a solução dos problemas que apontou?

[Bloco 4] Para membros de juventudes partidárias – experiência pessoal

- 3.1. Há quanto tempo é militante da Juventude [X]?
- 3.2. Em política, as pessoas por vezes falam de esquerda e direita. Onde é que posicionaria o Partido [X] numa escala de 0 a 10, onde 0 significa esquerda e 10 significa direita?

- 3.3. Quais são os objetivos da Juventude [X]?
[Entrevistador deve analisar os objetivos das JP, considerando a Tabela 1. Perguntar apenas pelos objetivos das JP nos casos em que estatutos/websites não referem objetivos]
- 3.4. Em que medida considera que a Juventude [X] cumpre estes objetivos?
- 3.5. Quão ativo se considera na Juventude [X]?
- 3.6. Desde que aderiu à Juventude [X], a sua participação foi constante ou sofreu alterações?
- 3.7. E em que medida sente que tem influência sobre as decisões tomadas pela Juventude [X]?
- 3.8. Como imagina o seu futuro no Partido [x], no espaço de 5-10 anos?
- 3.9. De seguida, vou fazer-lhe um conjunto de perguntas de resposta rápida. Pedia-lhe apenas que me indicasse se estas afirmações que vou apresentar refletem a sua motivação para se juntar à Juventude [X]. *[Entrevistador lê todas as opções]*
- Ajudar o seu partido a ganhar eleições (S/N).
 - Ajudar os dirigentes que apoia a alcançarem posições de maior responsabilidade (S/N).
 - Obter posições de responsabilidade (S/N).
 - Contribuir para o desenvolvimento e sucesso dos ideais que apoia (S/N).
 - Conhecer pessoas que partilham das mesmas opiniões (S/N).
 - Pressionar as elites políticas para as mudanças sociais (S/N).
 - Aumentar a consciência pública sobre alguns assuntos (S/N).
- 3.10. Há alguma outra motivação que considere relevante e que não tenha sido mencionada anteriormente?

[bloco 5] Para membros de juventudes partidárias – jovens e os partidos

- 4.1. Em Portugal, à semelhança dos restantes países europeus, a mobilização dos jovens e a sua proximidade aos partidos tendem a ser muito reduzidas. Sente que esta é uma preocupação para o Partido [X]? Que estratégias têm sido seguidas pelo Partido [X]?
- 4.2. A juventude partidária é chamada a participar na definição da estratégia de mobilização dos mais jovens pela direção do partido? *[para os casos em que JP não é uma estrutura autónoma: “os militantes mais jovens do partido.”]*
- 4.3. *(Se 1.1 for concordante com capacidade de mobilização reduzida pelos partidos)* O que é que, no seu entender, pode ser feito pelos partidos políticos para inverter esta situação? *(Se 1.1 for discordante com capacidade de mobilização reduzida pelos partidos)* Qual seria a estratégia ideal a adotar pelos partidos na mobilização política da população mais jovem?

[bloco 6] Para membros de juventudes partidárias – relação entre jp e os partidos políticos

- 5.1. Em política, é comum falarmos de esquerda e direita. Onde posicionaria a Juventude [X] numa escala de 0 a 10, onde 0 significa esquerda e 10 significa direita?

- 5.2. Quais são os assuntos predominantes na agenda da juventude partidária?
- 5.3. Que influência tem a direção do partido na definição das prioridades políticas da juventude partidária?
- 5.4. Alguma vez sentiu que a autonomia da Juventude [X] foi posta em causa? *[Se indica que sim, pedir para especificar]*
- 5.5. Que programas de formação política dedicados aos jovens são organizados pelo Partido [X]? Qual o seu papel? *[Ex.: academias, escola de quadros, escolas de verão, formações diversas...]*
- 5.6. Em que medida as juventudes estão dependentes do financiamento dos partidos? *[Nota: não fazer esta questão no caso dos partidos que não têm estruturas autónomas para as juventudes]*
- 5.7. Que outros meios são utilizados pela juventude partidária para obter financiamento para o desenvolvimento das suas atividades? *[Nota: não fazer esta questão no caso dos partidos que não têm estruturas autónomas para as juventudes]*
- 5.8. Na sua perspetiva, a Juventude [X] tem influência na estratégia política do Partido [x]?
- 5.9. Para além da presença nos órgãos partidários, que estratégias são utilizadas pela Juventude para influenciar as prioridades políticas do partido?
- 5.10. Na sua opinião, qual seria o modelo ideal de organização juvenil no partido a que pertence?

[bloco 7] Para membros de juventudes partidárias – seleção de candidatos

- 6.1. Como descreveria o processo de elaboração de listas para o PE, AR; autárquicas no Partido [X]?
- 6.2. Qual o papel da Juventude [X] no processo de elaboração das listas para o PE, AR; autárquicas?
- 6.3. Considera que o partido central se preocupa com a inclusão de elementos das gerações mais novas nas suas listas?
- 6.4. Na sua opinião, qual é o efeito destes processos de seleção na participação dos militantes mais jovens na vida partidária?
- 7.5. Que papel tem a Juventude (X) na escolha do Líder do Partido?

[bloco 8] Para membros de juventudes partidárias – relação com associações e outros movimentos inorgânicos

- 7.1. Como membro da Juventude [X], que importância atribui aos movimentos associativos e outras formas de mobilização dos jovens?
- 7.2. A Juventude [X] mantém contactos com alguma associação de jovens? Se sim, qual e porquê?

[bloco 9] Para membros de associações de jovens/associações académicas

- 8.1. Há quanto tempo pertence/participa nas atividades da Associação [X]?
- 8.2. Qual é a importância que o associativismo tem para si? O que é que o motiva para colaborar com esta Associação?
- 8.3. Quais os assuntos predominantes na agenda da Associação?
- 8.4. Como são definidos os objetivos e a agenda da Associação [X]?
- 8.5. Em outros países, o afastamento dos jovens dos partidos é compensado por outras formas de participação social, cívica e política. Na sua opinião, qual é a situação em Portugal?
- 8.6. Esta é uma preocupação para a Associação [X]? Considerando a sua experiência, quais são os maiores desafios que as associações enfrentam na mobilização de jovens?
- 8.7. Que estratégias são utilizadas para mobilizar os jovens?
- 8.8. A Associação [X] estabelece parcerias com outras associações, entidades estatais ou partidos políticos?
- 8.9. Pedia-lhe que indicasse qual ou quais das seguintes afirmações refletem a sua perspetiva sobre a importância destas parcerias:
 - a. A coordenação entre associações é uma ótima forma de rentabilizar recursos (humanos e materiais).
 - b. A coordenação com partidos políticos permite alcançar resultados mais rapidamente do que a associação alcançaria individualmente.
 - c. A relação da associação com as entidades estatais é importante para o desenvolvimento das suas ações e objetivos.

[bloco 10] Para membros de associações de jovens – relações com os partidos políticos

- 9.1. É militante de algum partido político? [*Se responde 'Não', perguntar: Sente-se próximo de algum partido político? Qual?*]
- 9.2. É frequente os membros da Associação [X] serem simultaneamente militantes de partidos políticos? Na sua opinião, isso é positivo ou negativo?
- 9.3. Na sua perspetiva, existe alguma relação entre as associações e os partidos políticos? Qual a natureza dessas ligações? [*Nota para o entrevistador: Realização de atividades juntos, participação em eventos, contactos para mobilizar/agilizar alguma causa*]

[bloco 11] Percepção sobre partidos políticos e sobre elites políticas. Este bloco aplica-se a membros dos partidos e das associações

- 11.1. De seguida, vou fazer-lhe algumas questões de resposta rápida. Peço-lhe que responda se concorda ou não com as afirmações seguintes e, se assim o entender, justifique.

- a. Os partidos políticos e o Parlamento têm muito poder em comparação com os cidadãos.
- b. Os partidos políticos representam verdadeiramente os interesses dos jovens.
- c. Os partidos políticos estão interessados apenas nos votos das pessoas, e não nas suas opiniões.
- d. Em democracia, algumas pessoas simplesmente sabem mais sobre questões políticas, portanto, deveriam ter maior influência sobre essas questões.
- e. Se um jovem quiser ser ativo num partido político, há muitas oportunidades.
- f. As decisões dos partidos são muito centralizadas e não permitem que os membros tenham voz ativa.
- g. Ser politicamente ativo exige muito tempo e esforço.
- h. Ser politicamente ativo é uma forma de ajudar os jovens e as suas famílias.
- i. Seria benéfico para Portugal se o poder das elites políticas fosse reduzido e o poder político do povo aumentado.
- j. O povo deve tomar as decisões mais importantes e não as delegar em políticos.

[bloco 12] Observações finais

- 11.1. Há algum aspeto importante sobre a participação política dos jovens que considera que não tenha sido abordado nesta *entrevista*?
- 11.2. Para terminar, gostaria de lhe perguntar se sugere alguém que também tenha um contributo importante a dar e que pudesse participar neste estudo enquanto entrevistado? *Pedir o contacto dessa pessoa.*

Anexo 3. Associações entrevistadas

Associações de Estudantes	<p>Associação Académica – Universidade do Algarve</p> <p>ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA – UNIVERSIDADE DE AVEIRO</p> <p>Associação Académica – Universidade de Évora</p> <p>Associação Académica – Universidade de Lisboa</p> <p>Associação Académica – Universidade do Minho</p> <p>Faculdade de Farmácia – Universidade do Porto</p> <p>Núcleo Estudantes de Biologia – Universidade do Porto</p> <p>Federação Académica de Lisboa</p> <p>Federação Académica do Porto</p>
Voluntariado Jovem	<p>Grupo de Apoio Social (GAS) Porto</p> <p>VOU</p>
Participação Cívica e Social	<p>Academia Política Apartidária</p> <p>Transformers</p> <p>Time4Changers</p> <p>Escoteiros de Portugal</p> <p>Women2Women</p>
Empreendedorismo Jovem	<p>Rota Jovem</p>
Religiosa	<p>Juventude Evangélica do Norte</p>
Ambiente e Direitos Animais	<p>Coração Azul</p> <p>Biolving</p> <p>Bluebio Alliance</p>

